

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**AS PROTAGONISTAS ANÔNIMAS DA HISTÓRIA:
AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO FARROUPILHA**

CAROLINE STRASSBURGER

**Taquara
2010**

CAROLINE STRASSBURGER

**AS PROTAGONISTAS ANÔNIMAS DA HISTÓRIA:
AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO FARROUPILHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, sob a orientação do Professor Doutor Daniel Luciano Gevehr, ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

**Taquara
2010**

AGRADECIMENTOS

Durante os últimos seis anos, dediquei minha vida a um propósito: a graduação. Ao longo desse período, por muitos momentos, deixei de ficar ao lado das pessoas que amo para que o tão sonhado dia da formatura chegasse. E chegou. Agora, no final desta longa caminhada, só me resta agradecer àqueles que sempre me apoiaram e compreenderam minha ausência.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, aos meus pais, Nilo e Sandra, com quem reparto esta conquista, que me ensinaram a lutar pelos meus sonhos e acreditar que é possível realizá-los, que sempre me apoiaram e me incentivaram a seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis, em que a vontade era desistir;

À minha família pela compreensão nos inúmeros momentos em que estive ausente das festas, encontros e almoços de domingo para que pudesse realizar as várias tarefas da faculdade;

A todos os professores do Curso de História, em especial à Professora Elaine Smaniotto, pelo apoio incondicional nos estágios práticos e ao meu orientador, Professor Daniel Luciano Gevehr, por toda paciência e atenção dedicada neste último semestre de curso;

Às minhas amigas e colegas de trabalho pelo apoio e palavras amigas nas horas difíceis;

Aos meus colegas de curso que tanto me ajudaram nesta caminhada, sendo que alguns se tornaram amigos muito próximos: Carol Engelmann, Priscila, Janete, Josias, Alex e Josi;

A todas as pessoas que fizeram parte deste maravilhoso período da minha vida e que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram a tornar este sonho possível.

Se hoje celebro esta conquista, é porque tive pessoas como vocês ao meu lado, que acreditaram no meu potencial e torceram pelo meu sucesso.

RESUMO

A pesquisa analisa os processos que envolveram a participação das mulheres no Movimento Farroupilha (1835 – 1845) no Rio Grande do Sul. Trata-se de um trabalho que pretende expor o perfil da mulher gaúcha à época farroupilha e que visa a caracterizar individualmente as obras trabalhadas e compará-las entre si. Através de uma pesquisa historiográfica qualitativa e comparativa, pretende-se organizar as ideias propostas nas bibliografias por meio de análise da leitura das obras escritas sobre a temática em diferentes períodos do século XX. Assim, se busca interpretar como, em diferentes contextos e épocas, foram produzidos diferentes discursos historiográficos sobre o papel das mulheres na Revolução Farroupilha.

Palavras-chave: Movimento Farroupilha. Mulheres. Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	MULHER FARROUPILHA: UMA VISÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XX	15
2.1	As anônimas	16
2.2	Nísia, a farroupilha nordestina	22
2.3	Os amores de Garibaldi	24
3	A MULHER RIO-GRANDENSE E O MOVIMENTO FARROUPILHA SOB A ÓTICA DA HISTORIOGRAFIA DO FINAL DO SÉCULO XX	27
3.1	A sempre lembrada Anita Garibaldi	28
3.2	As intelectuais a favor do Império	29
3.3	Jornais atacam as “farrapas”	34
3.4	Os diversos perfis das anônimas	36
3.5	A imigrante alemã e o conflito de 35	44
3.6	Mulheres da cidade de Jaguarão	46
3.7	A Roda dos Expostos	48
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa os processos que envolveram parte da construção historiográfica acerca da participação das mulheres no Movimento Farroupilha, que se desenvolveu entre os anos de 1835 e 1845 no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, em um primeiro momento da investigação, faz-se necessário entender o que foi o Movimento Farroupilha¹ e os diferentes condicionantes envolvidos nesse processo.

O Rio Grande do Sul foi palco de inúmeras disputas entre portugueses e espanhóis desde o século XVII, sendo uma fronteira tripartida entre espanhóis, lusos e indígenas desde o início de sua colonização. Inúmeros tratados e acordos foram feitos entre as Coroas Portuguesa e Espanhola até sua definição territorial final. Com a fixação do Tratado de Madrid, o Rio Grande do Sul passou definitivamente a fazer parte da Coroa Portuguesa.

“O período da Regência foi dos mais delicados para o Brasil independente” (FORTES, 1981, p. 91). Nesse momento, o país foi marcado por inúmeros movimentos sediciosos contra o poder central, que eclodiam em várias regiões brasileiras. Entre esses, assumiu particular importância o conflito travado no Rio Grande do Sul, denominado de Movimento Farroupilha. Este conflito surgido de interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha rio-grandense representou um longo e violento confronto entre as forças do poder central e dos rebeldes farroupilhas, além de provocar a separação e independência de parte do Rio Grande do Sul, em 1836, com a proclamação da República Rio-Grandense.

Segundo Flores (1995, p.18):

¹ Apesar de o termo “Revolução Farroupilha” ter sido bastante utilizado pela historiografia, não será empregado na pesquisa. Segundo Padoim (2006, p. 39): “A Revolução Farroupilha foi uma guerra civil que provocou uma separação e independência de parcela do Rio Grande do Sul, proporcionando uma mudança política por ocasião, em 1836, da proclamação da República Rio-Grandense. Tal fato ocasionou uma organização político-administrativa própria, a elaboração de um projeto de Constituição republicana, uma política de relações internacionais e a cisão de parte do clero do Rio Grande em relação à Igreja do Rio de Janeiro. Porém, é importante ressaltar que a Revolução Farroupilha não provocou uma transformação na estrutura das relações econômicas e sociais existentes desde o período colonial e que no território rio-grandense coexistiram dois governos: o provincial imperial e o outro, o da República Rio-Grandense”. Portanto, em substituição ao termo “Revolução Farroupilha”, utilizar-se-á a denominação “Movimento Farroupilha”.

Farrapo ou Farroupilha era o liberal exaltado que defendia a imediata implantação da república federativa e constitucional, até mesmo por uma revolta armada. Era um apelido antigo, que desde o século XVIII designava revolucionário ou subversivo. [...] Durante a revolução, farrapos ou farroupilhas eram todos os revolucionários. Esses termos englobavam, portanto, todas as correntes liberais.

No tocante à pesquisa, o termo farrapo será utilizado para denominar os sul-riograndenses vinculados ao Partido Liberal, os que eram opositores radicais ao governo central, que repudiavam a política econômica aplicada pelo Império ao Rio Grande do Sul.

Influências de ideias republicanas vindas de países independentes da região do Prata e o descontentamento generalizado dos rio-grandenses contra a pesada cobrança de impostos dos produtos sulinos figuram entre os principais motivos da eclosão do conflito. No início da década de 1830, o governo central passou a incentivar a importação de produtos oriundos da região do Prata. Esses produtos eram similares aos sulinos, porém com preço muito abaixo dos produzidos no Rio Grande do Sul. Juntamente com isso, o governo elevou a taxa cobrada pelo sal, produto indispensável à produção do charque no estado.

A elite que compunha o Rio Grande de São Pedro, era formada por estancieiros, charqueadores, militares, comerciantes e sacerdotes. Descontentes com as atitudes tomadas pelo governo central, esses personagens encabeçaram o conflito farroupilha e uniram-se na defesa de um projeto federalista. De acordo com Moure (1994, p. 125): “A maior parte dos criadores e charqueadores engajaram-se como militantes ou financiando a insurreição”.

Dois grupos compunham o bloco dos revolucionários. O da maioria tinha como principal líder Bento Gonçalves da Silva e defendia a organização de um Estado independente e republicano, que poderia unir-se ao Brasil e/ou outras províncias vizinhas, dando origem a uma confederação. David Canabarro estava no comando do grupo da minoria, que liderou o movimento a partir de 1843 e defendia um projeto político baseado no federalismo, porém o entendiam somente como uma descentralização administrativa.

Segundo Fortes (1881, p. 92): "A constante rivalidade entre os dois partidos políticos da época - o dos liberais e o dos conservadores - muito influenciou para dividir os rio-grandenses em duas grandes facções que não perdiam oportunidade para manifestar seu antagonismo". O fato é comprovado nos acontecimentos que se desenrolaram em setembro de 1835 e se estenderam até 1845, sendo o mais longo conflito do período imperial brasileiro.

Em 20 de setembro de 1835, revolucionários invadiram a capital gaúcha e obrigaram o então presidente da província, Fernandes Braga, a se refugiar na cidade de Rio Grande. Bento Gonçalves havia planejado o ataque, e, com a fuga de Braga, nomeou em seu lugar Marciano Ribeiro.

Para ocupar o lugar de Fernandes Braga, o governo imperial nomeou o deputado José de Araújo Ribeiro. Essa nomeação não agradou aos farroupilhas, uma vez que a revolta tinha como principal objetivo a defesa dos interesses dos rio-grandenses. Como Ribeiro não gozava da confiança dos liberais, estes decidiram prorrogar o mandato de Marciano Ribeiro até 9 de dezembro. Com a prorrogação do mandato de Marciano, Araújo decidiu partir para Rio Grande e tomou posse do Conselho Municipal. Ao chegar a Rio Grande, Araújo Ribeiro recebeu apoio de Bento Manuel Ribeiro, que conseguiu a adesão de outros líderes militares.

Em Porto Alegre, os ânimos continuavam exaltados e os farroupilhas passaram a investir em Américo Cabral de Melo para presidente. Ainda segundo Fortes (1881, p. 95): "E assim, ficou a Província do Rio Grande com dois presidentes: um, o legalista instalado na vila de Rio Grande; outro, o revolucionário, em Porto Alegre".

Em abril de 1836, João Manuel de Lima e Silva prendeu o Major Manuel Marques de Sousa, que foi trazido junto com os demais prisioneiros para um navio prisão ancorado no Guaíba. Os prisioneiros permaneceram pouco tempo na prisão, pois, com o auxílio de um guarda corrupto, eles foram soltos. Mais tarde, sob o comando de Marques de Sousa, a cidade de Porto Alegre foi tomada dos farroupilhas pelos imperiais na noite de 15 de junho de 1836. Marciano Ribeiro foi preso e em seu lugar assumiu o marechal João de Deus Menna Barreto.

Alguns dias depois da invasão imperial, Bento Gonçalves tentou trazer a capital de volta ao poder dos farroupilhas, mas sua tentativa foi frustrada. Sem o controle de Porto Alegre, os farroupilhas estabeleceram seu quartel general na cidade de Piratini.

A má sorte perseguia os rebeldes farroupilhas. Entre os muitos combates que foram travados, o líder Bento Gonçalves foi feito prisioneiro e enviado ao Rio de Janeiro e posteriormente à Bahia.

Apesar da prisão de Bento, os demais chefes farroupilhas conseguiram concentrar suas forças em Piratini. Em 11 de setembro de 1836, foi proclamada a República Rio-Grandense pelo general Antônio Neto. Na ausência de Bento Gonçalves, quem assumiu a presidência, foi José de Vasconcelos Silva Jardim. Sendo assim, o movimento deixou de ter um caráter corretivo e passou a ter um caráter separatista.

A proclamação da República Rio-Grandense causou forte repercussão no Governo Imperial, que, na tentativa de conter os rebeldes, nomeou para presidente o marechal Antero de Brito.

Brito passou a atacar os rebeldes e infligiu-lhes algumas derrotas. Os farrapos reagiram e tantas e tão desastrosas foram as derrotas sofridas por Antero de Brito que a Regência o substituiu por Elzeário de Miranda e Brito, que também não conseguiu deter as investidas farroupilhas. Mais uma vez, o Governo Regencial substituiu o governo da Província. Dessa vez, quem ocupou o cargo foi Saturnino de Souza.

Em meio às substituições presidenciais da Província, Bento Gonçalves conseguiu fugir da prisão e retornar a Rio Grande, assumindo a presidência da República e o comando das forças revolucionárias em 1837.

Em 1839, os chefes farroupilhas decidiram dar prosseguimento à campanha de expansão do movimento e enviaram uma expedição a Santa Catarina. Essa expedição comandada por David Canabarro e Giuseppe Garibaldi teve a finalidade de dispor de um porto de acesso ao mar, uma vez que o porto de Rio Grande estava em poder dos contrarrevolucionários.

Em 24 de julho, os farroupilhas tomaram Laguna, onde, mais tarde, proclamaram a República Juliana, que foi uma extensão do Movimento Farroupilha, formando uma confederação com a república vizinha. Na época da proclamação da República Juliana, Garibaldi conheceu aquela que seria sua companheira em inúmeras batalhas: Ana

Maria de Jesus Ribeiro, a lendária Anita Garibaldi. Pouco tempo depois da proclamação, o governo central, sob o poder do general Soares de Andreia, obrigou os rebeldes a retornarem para Rio Grande.

Diante de desavenças surgidas entre o presidente Saturnino de Souza e o general Jorge Rodrigues, a Regência decidiu substituir novamente o governo, nomeando o marechal Soares América. Aproveitando o momento da substituição da presidência, novamente o governo central promoveu tentativas de pacificação com os farroupilhas, porém a tentativa foi em vão.

Em 1842, o Governo Regencial entregou o comando das forças imperiais a Luiz Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias. Depois que Lima e Silva assumiu as forças imperiais, os rebeldes começaram a perder suas forças e a sofrer continuados reveses.

Cansados de tantas lutas, os chefes farroupilhas começaram a cogitar a hipótese de deposição das armas. Propuseram um acordo a Lima e Silva, que não aceitou as condições e deu prosseguimento às hostilidades.

Em 1844, na cidade de Bagé, foi realizada uma conferência na qual os farroupilhas conseguiram chegar a entendimento com o chefe legalista mediante a ida a Porto Alegre do Ministro da República, Antônio Vicente da Fontoura. De lá Fontoura seguiu ao Rio de Janeiro para entender-se com o Governo Imperial.

As condições da paz fixadas entre rebeldes e governo eram que haveria anistia a todos os farroupilhas, manutenção dos chefes revolucionários nos postos que haviam alcançado no exército republicano, entre outras. No dia 28 de fevereiro de 1845, encerram-se 10 anos de luta: foi assinada a Paz do Poncho Verde.

A historiografia gaúcha muito exalta os grandes feitos dos heróis farroupilhas. Conforme Moure (1994, p. 125), “a Guerra dos Farrapos tem garantido à historiografia oficial e à ideologia dominante extensa ‘galeria de heróis’, muitas vezes equiparados aos semideuses, e a guerra equiparada a uma epopéia”, mas praticamente não cita a participação das mulheres neste conflito.

No contexto de lutas vivido no sul do Brasil, enquanto os homens guerreavam, as mulheres tiveram de assumir o papel de liderança nas atividades das estâncias para que a economia provincial fosse mantida e pudessem ser financiadas as batalhas. Viraram negociantes, cuidavam da lavoura, dos filhos, dos animais da fazenda e ainda

tinham suas tarefas domésticas. Enfim, a mulher farroupilha exerceu múltiplos papéis durante os dez anos de conflito.

Essas mulheres tinham uma vida sofrida e, conforme Ribeiro (1986, p.30):

[...] O homem estava na guerra; era da mulher a responsabilidade de, na medida do possível, manter a estância em funcionamento, não permitir que se desativasse a charqueada, sustentar a casa, quer na cidade ou no campo, com vestígio de vida e esperança.

Como se percebe no excerto, com a eclosão da guerra farroupilha, as mulheres começaram a ocupar o espaço que até então era destinado somente aos homens. Anteriormente ao conflito, para a mulher era reservado o ambiente privado, a educação dos filhos e as atividades domésticas. Aos homens era reservada a tarefa de administração das estâncias, charqueadas e demais negócios da família, isto é, eles eram os provedores do lar. Por força das circunstâncias, com seu marido/pai/filho na guerra, a mulher teve de substituí-lo em suas tarefas para que pudesse manter o sustento da família e para que a economia da província pudesse ser mantida.

Ao longo dos anos, as mulheres não têm tido – sob alguns aspectos - o reconhecimento merecido de seu papel como agentes de transformação histórica. Pouco se sabe sobre o desempenho exercido por elas durante o Movimento Farroupilha. Com exceção de Ana Maria de Jesus Ribeiro, a famosa Anita Garibaldi, são praticamente desconhecidas as mulheres contemporâneas ao conflito.

A escolha deste tema deu-se pela constante ausência de análise do papel das mulheres no contexto farroupilha em grande parte da historiografia sul-rio-grandense. É objetivo desta pesquisa verificar quem eram essas mulheres, quais eram suas principais atividades e quais eram seus papéis exercidos na sociedade contemporânea ao conflito. Considera-se a ideia de que o período farroupilha despertou na mulher gaúcha a necessidade de trabalhar nas estâncias para manter a economia, enquanto seus maridos lutavam pela República.

Quando se fala em mulher farroupilha, logo se pensa em Anita. A famosa heroína catarinense que lutou ao lado dos farroupilhas, é sempre a mulher mais lembrada quando o conflito é abordado. Todavia, houve outras mulheres que também tiveram papel importante no contexto do Movimento. Trata-se de mulheres que

assumiram o papel de seus maridos e impediram que a pobreza tomasse conta da província de São Pedro.

A participação das mulheres no Movimento Farroupilha raramente é contada em livros de História, mas já ganhou muito destaque em obras literárias, produções cinematográficas e minisséries na televisão. Em sua obra *O Tempo e o Vento*, Érico Veríssimo utiliza-se da personagem Bibiana para dar vida à mulher farroupilha. Neste trecho de Veríssimo (2004, p. 363), o autor expõe os sentimentos da mulher que via seu marido sair à luta para defender as causas farrapas: “Outra verdade poderosa era que ela tinha dois filhos e havia de criá-los direito, nem que tivesse de suar sangue e comer sopa de pedra”. Na obra *A casa das sete mulheres*, de Leticia Wierzchowski, também é ilustrado o papel da mulher à época farroupilha. Nesse romance, Bento Gonçalves isolou as mulheres de sua família, em uma estância afastada das áreas de combate do conflito farrapo, em uma tentativa de protegê-las da violência da guerra.

Sendo a mulher um sujeito presente na ocorrência dos fatos históricos, através deste estudo, pretende-se conhecer um pouco mais destas vozes pouco reconhecidas pela História. Portanto, a necessidade de elaboração desta pesquisa resulta na tarefa de expor o perfil das anônimas que compunham a sociedade rio-grandense entre os anos de 1835 e 1845.

Justifica o interesse por este tema também o fato de a mulher ser - ainda - uma personagem da História pouco explorada. Segundo Scott, (1992, p. 77): “A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história.”

Busca-se complementar esse quadro de respostas para tais ações, pois a pesquisa se preocupa com a análise dos diversos papéis desempenhados pelas mulheres durante o conflito farroupilha.

Seguindo o gênero historiográfico da História Cultural, sob o enfoque da História das Mulheres, buscou-se averiguar quem eram estas mulheres gaúchas, ainda de certa forma anônimas, que tanto contribuíram para a idealização do Movimento e, com isso, preencher mais esta lacuna na História do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa constitui-se de estudo historiográfico qualitativo. Seu elemento básico é a análise das ideias observadas na leitura das bibliografias. Para a sua

elaboração, foram analisadas duas fontes bibliográficas voltadas para a participação feminina no Movimento Farroupilha.

Para atender às especificidades e ao desenvolvimento da pesquisa, a bibliografia básica utilizada é de autores como Osório (1935) e Retamozo (1986), que serviram de base para ampliar o tema estabelecido. As obras de Osório e Retamozo servirão de base de discussão sobre a história das mulheres durante o período farroupilha e, uma vez que temporalmente distantes, acabam por apresentar versões distintas da historiografia.

A obra “Mulheres Farroupilhas” foi a primeira a abordar a participação feminina no conflito. Osório publicou seu livro em comemoração ao centenário do Movimento Farroupilha, em 1935. O autor foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Ordem dos Advogados Brasileiros. Além disso, ocupou o cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito de Pelotas. Entre suas obras, estão *Cronologia Histórica de Pelotas*, *História de General Osório*, *A Cidade de Pelotas*, *Traços Eternos do Rio Grande*, todas publicadas pela *Livraria do Globo*, de Porto Alegre.

A segunda bibliografia utilizada é uma obra coletiva. Estão entre os autores do livro “O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha”, Hilda Agnes Hübner Flores, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica, onde também lecionou; Francisco Ricardo Rüdiger, graduado em História; Maria Dutra da Silveira, professora; Niamara Pessoa Ribeiro, especialista em Teoria Literária, e Aldira Correa Retamozo, professora especialista em História. Os textos que compõem a obra, foram escritos em 1986, final do século XX, isto é, meio século após a publicação do primeiro texto sobre a temática.

Posteriormente à apresentação do tema e do problema proposto, assim como seus principais objetivos, far-se-á uma pequena exposição dos dois capítulos que integram esta monografia.

Para melhor organização da pesquisa monográfica, ela foi estruturada em dois capítulos. No primeiro capítulo, abordar-se-á a obra “Mulheres Farroupilhas”, de Fernando Osório Filho, escrita em 1935. Nesse capítulo, pretender-se-á mostrar quais eram os perfis das mulheres que integravam a sociedade gaúcha à época farroupilha.

Ainda no primeiro capítulo, abordar-se-á a influência da mulher no comportamento do homem e, finalmente, será relatado o surgimento da primeira intelectual farroupilha.

Já no segundo capítulo, no qual se tratará da obra de autoria coletiva “O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha”, há de intenção de verificar a participação da mulher imigrante alemã no conflito farroupilha, bem como o papel da escrava negra e a participação das indígenas. Ainda é objetivo do segundo capítulo expor o perfil das anônimas que compunham a sociedade rio-grandense contemporânea ao conflito.

Ao discorrer com o apoio das duas fontes historiográficas, pretende-se expor e discutir criticamente o perfil da mulher gaúcha à época farroupilha, bem como caracterizar individualmente as obras trabalhadas e compará-las entre si. Através de uma pesquisa historiográfica qualitativa e comparativa, objetiva-se organizar as ideias propostas nas bibliografias por meio de análise do conteúdo das obras, escritas em diferentes períodos do século XX.

2 MULHER FARROUPILHA: UMA VISÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Fernando Osório Filho, autor da obra “Mulheres Farroupilhas”, foi o primeiro a escrever sobre a participação das mulheres no contexto do Movimento Farroupilha. Osório publicou seu livro em comemoração ao centenário do conflito, em 1935. O autor foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Ordem dos Advogados Brasileiros. Igualmente, ocupou o cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito de Pelotas. Entre suas produções, estão *Cronologia Histórica de Pelotas*, *História de General Osório*, *A Cidade de Pelotas*, *Traços Eternos do Rio Grande*, todas publicadas pela *Livraria do Globo*, de Porto Alegre.

O Movimento Farroupilha (1835 -1845) produziu uma significativa mudança no comportamento da mulher contemporânea ao conflito. Antes de iniciada a guerra, a mulher raramente ausentava-se da casa e, quando o fazia, era sempre acompanhada dos filhos, marido ou algum escravo de sua propriedade. Ao eclodir o Movimento, recaí sobre a mulher a responsabilidade da manutenção, produção e economia da casa, além do seu papel de mãe e educadora. Contudo, mesmo desempenhando algumas funções até então consideradas somente masculinas, ela não perdeu sua feminilidade. Ao mesmo tempo, passou a ser a representação da República para o soldado farroupilha, a inspiração para sua luta:

[...] a imagem da Mulher Farroupilha, mãe, esposa e filha, num cimo de luz, num frizo de sol, personificando a própria imagem da Republica, a providencia moral dessa effigie que a Mulher, resume o que devemos sublimar, na veneração filial, domestica e cívica, de um patriotismo-humano e de respeito poético [...] (OSÓRIO, 1935, p. 50 e 51)²

Nessa citação de Osório (1935), percebe-se uma veneração exagerada da figura da mulher, o que provavelmente não ocorreu com tanta intensidade como o autor expõe em seu texto. Todavia, demonstra certo respeito que a sociedade farroupilha tinha em relação à mulher.

² Observa-se que, na pesquisa, as citações de OSÓRIO (1935) estão de acordo com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa do ano de 1935.

Um dos motivos que podem justificar a grande colaboração das mulheres para o Movimento Farroupilha, é o contexto de lutas pelo território gaúcho, que se viveu nos primeiros anos de povoamento do Rio Grande do Sul. Osório (1935) responsabiliza as heranças deixadas pelas famílias açorianas que, no Rio Grande do Sul, se estabeleceram, juntamente com a constante luta pelo território gaúcho, como motivos de a mulher ser tão dedicada às causas farroupilhas. Para o autor, a família rio-grandense possuía uma força e união notáveis, resultado da vida dedicada à defesa de sua terra, como se vê no excerto:

[...] a vida em commum na defeza do solo natal e a instituição da família monógama, cujos laços de affecto sempre se fortaleceram, tornando-se um composto de espírito patriarchal e particularista (OSÓRIO, 1935, p. 13)

O referido espírito patriarcal desenvolveu-se por meio das tradições familiares trazidas pelos imigrantes açorianos. Da mesma maneira, o espírito particularista foi perpetuado através do regime de pequena propriedade particular, também trazido e muito utilizado pelos imigrantes vindos da Ilha dos Açores.

Esse sentimento de união entre os rio-grandenses desenvolveu-se não somente pelas condições em que vivia o povo do Rio Grande do Sul na época do conflito, mas também anteriormente, em que era constante a luta pela manutenção do território.

2.1 As anônimas

Muitas foram as mulheres que se dedicaram à causa farroupilha. Algumas, inclusive, forneceram ajuda financeira. Uma dessas mulheres foi Angélica de Gomes Jardim, irmã de José de Vasconcelos Silva Jardim, presidente interino da República Rio-Grandense. Durante muito tempo, ela colaborou financeiramente com os farroupilhas. Osório (1935, p. 14), em seu livro “Mulheres Farroupilhas”, evidencia tal ação:

E não foram poucas as senhoras que acompanharam com o mais vivo interesse as peripecias da luta, chegando a dar á Republica prova da mais completa dedicação. Entre essas romanas de nossa idade heróica, sobressahia D. ANGELICA DE GOMES JARDIM, que do seu bolso, sustentou, por muito tempo, uma força revolucionária. [grifo do autor]

Como não podia participar diretamente das batalhas e, em uma tentativa de contribuir para as causas farrapas, que seu irmão defendia, Angélica costumava fabricar, em sua própria casa, uniformes para as tropas de soldados farroupilhas.

Outra mulher que também ofereceu ajuda aos farroupilhas, foi Ana Joaquina Luisa Osório. Essa senhora, mãe do general farroupilha Osório, era viúva e vivia em Caçapava, onde administrava sozinha a lavoura.

Certa vez, durante o conflito farroupilha, um dos soldados farrapos estava sendo perseguido por forças Imperiais e bateu à porta de Ana Joaquina, pedindo auxílio. A senhora ocultou o soldado farroupilha em sua casa. Desconfiados, os soldados do Império foram procurar o homem na casa de Ana Joaquina. A mulher não teve medo e deixou os imperiais adentrarem sua casa. Eles procuraram o farroupilha por toda parte e não o encontraram. Assim que os imperiais se retiraram, o homem pôde seguir seu caminho, agradecido pela ajuda de Ana Joaquina.

Após esse acontecimento, certa vez, o general Osório recebeu uma carta de sua idosa mãe. Esta avisava que um credor ameaçava retirar seus bens. Como o general não possuía dinheiro para que pudesse saldar a dívida de sua mãe, seguiu a caminho da cidade. No caminho de Caçapava, encontrou um antigo conhecido e seguiram os dois marchando juntos, quando o segundo notou uma mudança de comportamento no primeiro. Perguntou-lhe o que havia ocorrido, e o general Osório falou-lhe sobre a carta recebida de sua mãe. O viajante perguntou a Osório qual atitude ele pensava tomar.

O general disse-lhe que pretendia ir até Caçapava e explicar ao credor que não tinha economias para quitar a dívida de sua mãe. Ao terminar sua fala, o homem que o acompanhava, disse que deixasse de preocupar-se, pois a dívida de sua mãe seria paga. O viajante disse-lhe que estava indo em direção a Caçapava para cobrar alguns devedores e, assim que tivesse o dinheiro, iria usá-lo para pagar a dívida da mãe do General Osório. E então lhe contou o ocorrido tempos atrás, quando Ana Joaquina o ocultou dos soldados imperiais, e que estava em dívida com a senhora.

Havia ainda as mulheres que auxiliavam na vigilância dentro dos muros da capital para que nenhum soldado pertencente ao Império adentrasse os domínios farroupilhas. Quando as forças que chegavam eram amigas, aproveitava-se a oportunidade para a realização de um baile. Nessa ocasião, eram exibidas as danças populares e entoados os cantos das trovas patriotas. Nesses cantos, sempre havia versos dedicados à mulher em uma tentativa de a sociedade farroupilha demonstrar que a respeitava, como se vê em um trecho de Osório (1935, p. 16 – 17):

Basta ler uma collecção dos inspirados versos e comprehende-se o apreço em que as damas eram tidas pelos nobres cavalleiros. Nas cidades dava-se o mesmo, e a mulher ganhou em graça e perfeição, sem perder em sua dignidade.

Através desse fragmento da obra de Osório (1935), é possível perceber a postura - demasiadamente - romântica adotada pelo autor, uma vez que se compreende que o que é escrito literariamente, muitas vezes, não corresponde à postura real.

Osório descreve, em sua obra, um homem que tinha dedicação total à sua mulher. Era a mulher que cuidava da educação, do lar, do vestuário, das lides domésticas e eram inspirados nela que os soldados farrapos lutavam:

A não serem as lides da guerra e as occupações patrióticas, o homem da epocha tinha o espírito voltado para a mulher. Por ella esmerava o laço republicano de seu lenço tricolor, graciosamente cahido sobre as espáduas: por ella, cuidava do vestuário: era ainda pensando em ser agradável aos olhos da que lhe captivava o coração, que adereçava o brioso cavallo, e, prompto assim, approximava-se da casa de sua dama e era de ver-se, rendido a seus pés, attencioso e cortez, sentindo com tal influencia a sociedade do tempo, benéfico effeito no progresso moral da cultura da epocha (OSÓRIO, 1935, p. 17 - 18)

Nesse trecho, é evidente a exaltação da mulher como uma grande personagem, inspiração para a vida do homem. O autor sempre se refere à mulher como um ser de uma pureza e uma moral inquestionáveis e inabaláveis, dignas de respeito e dedicação do homem.

Mesmo com o encerramento do conflito farroupilha, a mulher, ao que parece, continuou sendo respeitada, e seu desrespeito resultava em perseguição. “Passou o furacão revolucionário e eram raríssimos os casos apontados de desrespeito à mulher,

esses merecendo logo severo castigo, perseguindo seus autores desapiedadamente” (Osório, 1935, p. 18)

A mulher gaúcha chamou atenção também por sua beleza, educação e sociabilidade. Em um de seus relatos, o naturalista francês e um dos viajantes estrangeiros mais citados, Auguste Saint’Hilaire, afirma ter assistido a festas no Rio Grande do Sul em que chamaram sua atenção as “maneiras polidas e o muito bom censo das mulheres do Sul”, Osório (1935, p. 21). Nessas festas, elas costumavam tocar piano e cantar ao som de acompanhamentos. As mulheres das classes mais altas eram habituadas a desfilarem seu charme e elegância durante as festas. Nessas ocasiões, quando o relógio marcava meia-noite, era comum todas as mulheres mudarem de vestido para deixarem o salão com um aspecto totalmente diferente.

Em uma dessas festas, na cidade de Porto Alegre, foi que apareceu, pela primeira vez, a bandeira dos farroupilhas. Nessa comemoração, estava presente Bento Gonçalves da Silva, presidente da República Rio-Grandense. Como forma de honrar seu comparecimento, foi apresentada a primeira bandeira dos farroupilhas. Essa bandeira era carregada por uma mulher e sua primeira versão já lembrava muito a atual, sendo formada por três cores e o centro em branco. Segundo Osório (1935, p. 24):

Pois foi em um baile que, em Porto Alegre, apareceu a primeira bandeira dos Farrapos, trazida á tiracolo, por uma Farroupilha, essa flâmula, essa Verônica do Rio Grande que, segundo noticiou o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 7 de Março de 1836, era já *tricolor, mas com um campo branco no centro e tendo pintado um boi, um gaúcho na acção de laçar e a arvore do malte ao lado*, descrição esta que se ajusta ao primitivo bosquejo do escudo de armas traçado pelo padre Chagas e que foi bello resumo de nossas glorias [grifo do autor]

Inúmeras eram as formas que homens e mulheres encontravam para demonstrar lealdade aos farroupilhas. Em uma edição do jornal “O Povo”; que representava oficialmente a República Rio-Grandense, noticia-se uma festa em que os homens farroupilhas usavam uma espécie de broche, que era feito com as três cores nacionais (amarelo, verde e vermelho), envolto em um ramo de erva-mate. As mulheres também carregavam consigo um símbolo republicano, ao passo que usavam o “Tope Nacional Rio-Grandense”, que fora estabelecido em novembro de 1836.

Outro caso de participação de uma mulher no contexto farroupilha relatado na obra de Osório (1935) ocorreu quando houve a invasão de uma fazenda por oficiais do Império. Uma das mulheres que ali estavam, colaborou com o dono da propriedade, levando informações importantes a um de seus empregados, que saiu à procura de ajuda. O fato aconteceu quando um chefe farroupilha estava acampado próximo a uma fazenda de seu conhecido e resolveu visitá-lo. Ao chegar à propriedade, foram iniciadas danças e cantos em comemoração à visita do antigo amigo. Eis que, durante a festa, a fazenda foi cercada por uma patrulha de soldados imperiais. A notícia chegou aos ouvidos do hóspede que não se deixou intimidar e fingiu que nada acontecia. Enquanto dançava, o visitante comunicou ao seu par o ocorrido. Após isso, trocou de par e sua antiga acompanhante comunicou ao dono da fazenda. O proprietário noticiou ao gaiteiro, utilizando-se de uma senha, para que as forças inimigas não percebessem que já haviam sido vistas. Quando os oficiais do exército imperial adentraram a casa, o dono fingiu conformar-se com a prisão, porém pediu aos soldados para que o deixassem terminar sua dança, o que lhe foi concedido.

Enquanto o proprietário da fazenda terminava sua dança, a jovem que havia sido par do visitante, corria para informar o ocorrido a um negrinho, que seguiu a cavalo, fingindo puxar uma velha pipa. O negro dissimulou calma até alcançar um local onde não podia ser visto pelos imperiais e assim que conseguiu esconder-se, correu, a toda velocidade, até o primeiro acampamento farrapo. Os farroupilhas ali instalados, assim que souberam dos acontecimentos, rumaram em direção à fazenda e conseguiram chegar a tempo de aprisionar a patrulha imperial. Como se pode ver, foi por meio do auxílio de uma mulher que as informações a respeito da invasão das tropas imperiais puderam chegar aos ouvidos dos soldados farroupilhas que estavam instalados nas proximidades da fazenda.

Assim como a jovem que se arriscou para poder levar informações aos soldados farrapos, outras mulheres se aventuraram pela causa farroupilha. Maria Josefa da Fontoura Palmeiro foi uma delas. Viúva do capitão Palmeiro, Maria Josefa realizava, juntamente com suas filhas, antes e depois do conflito farroupilha, reuniões secretas em sua casa. A ela foi imposta a pena de banimento da cidade de Porto Alegre em, no máximo, 24 horas depois de ter saído às ruas, gritando as proclamações que ouvira de

seus irmãos políticos. Essa integrante da família Palmeiro levou informações pessoalmente ao líder farroupilha Bento Gonçalves. Como punição, acabou sendo deportada e perseguida.

Outra corajosa mulher foi Laura Centeno de Azambuja, que residia em Rio Pardo. Ao ser questionada, em praça pública, por Francisco Pedro - soldado que servia ao Império – de maneira zombeteira sobre onde estavam os farroupilhas, a destemida mulher respondeu da seguinte forma: “Enganado está o senhor. Aqui não acha a quem procura, se queria encontrar farrapos, como diz, excusado vir tão longe de sua guarnição de Porto Alegre procura-los, havendo tantos bem perto da capital” (OSÓRIO, 1935, p. 35)

No imaginário construído pelo universo masculino – não só no conflito farroupilha, como também em outras guerras –, as mulheres sofriam com a ausência de seus maridos, que estavam em batalha. Contudo, correspondências emitidas por representantes dos farroupilhas demonstram que os homens também pareciam nutrir tal sentimento. Em uma carta enviada do Rio de Janeiro pelo diplomata farroupilha Antônio Vicente da Fontoura, é explícito o sentimento de saudade de sua família e de dedicação à causa farroupilha:

[...] Ah! minha Clarinda, Deus, nosso amor e a honra são irrefragáveis testemunhas do que digo e do que tem soffrido minha alma... A causa que ajudo a defender é filha do Céu... E se o Céu nos conceder ainda serenos dias, com que gosto contaremos aos nossos filhos a causa de sua nudez e de suas privações... Lisongeira esperança de ver meus innocentes filhos gozar em seu paiz das vantagens de um governo recto... meus filhos, prendas que ha oito annos hei sacrificado no altar da pátria com o mais fanatico amor... Em breve a cruel ausencia não nos dará nem mais um minuto de angustia...(OSÓRIO, 1935, p. 37)

Quando escreveu essa carta, em estilo romântico, com todos os seus exageros e nacionalismos, o diplomata estava há mais de um ano e meio sem ver sua esposa e seus filhos. É evidente que a correspondência é cheia de sentimentos exagerados e preocupações de ordem social, que, em alguns momentos, parecem até mesmo artificiais. Entretanto, nessa carta, pode-se perceber a ausência que Antônio sentia de seu lar, esposa e filhos, assim como muitos outros rebeldes farroupilhas sentiram.

Mulher de atitude foi Joaquina Borges, moradora da cidade de São José do Hortêncio. Quando soube que Bento Manuel havia traído seus companheiros farroupilhas, ela comprou um copo que era estampado com duas caras e guardou-o, aguardando a oportunidade de entregá-lo a Bento Manuel. Quando soube que o ex-farroupilha estava retornando a Sorocaba e que, no caminho, passaria por sua residência, ela viu a oportunidade pela qual tanto esperava para entregar o copo a Bento. Ao passar, o homem pediu água e ela serviu-lhe no referido copo, dizendo-lhe: “Este copo está muito bem a proposito de V. Ex^a”. O general apenas riu e continuou a beber. (OSÓRIO, 1935, p. 40)

2.2 Nísia, a farroupilha nordestina

No Rio Grande do Sul do século XIX, surgiu a primeira jornalista do Brasil. Em pleno Movimento Farroupilha, Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma nordestina que se instalou no sul do país, pregava o feminismo e a necessidade da educação para a mulher.

Nísia nasceu, no povoado de Floresta, no Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810. Era filha de Dionísio Gonçalves Pinto, português, e de mãe brasileira de nome desconhecido. Emigrou ainda jovem para o estado do Rio Grande do Sul, onde dirigiu uma escola. Mais velha, ela mudou-se para o Rio de Janeiro onde administrou o Colégio Brasil e o Colégio Augusto.

Nas palavras de Osório (1935, p. 26), “era uma pensadora dotada de rara independência e lúcida compreensão philosophica no trato dos problemas políticos e sociaes da humanidade.” Sua literatura veiculava ideias revolucionárias a respeito da sociedade e educação no país.

Nísia foi a precursora do feminismo no Rio Grande do Sul, assim como pregou a igualdade de raças, tornando-se uma das primeiras abolicionistas do país. Por posicionar-se contra a escravidão no Brasil, sua imagem está estampada, ao lado de

personagens como Castro Alves e José Bonifácio, em um alto-relevo em comemoração à Lei Áurea, no monumento a Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.

No ano de 1832, aos 22 anos, Nísia traduziu o livro francês “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, escrito por Mistress Godwin. A segunda edição do livro foi publicada em Porto Alegre um ano após a tradução de Nísia.

Em 1942, elaborou “Conselhos à minha filha”. Essa obra deveria ser lida quando sua filha completasse 12 anos. Nesse livro, Nísia revive fatos de seu passado, como, por exemplo, a morte de seu pai, em 1817, fato que a levou a emigrar para o sul do país.

Nísia foi a única mulher brasileira a corresponder-se com Augusto Comte, que, mais tarde, conheceu na cidade de Paris. Além de Comte, a intelectual apoiou a causa italiana ao lado de Mazzini e Garibaldi.

Seis meses antes de falecer, em 29 de março de 1857, Augusto Comte dirigiu uma carta a Audiffrent. Na correspondência, referiu-se a um salão positivista que pretendia inaugurar. Esse salão seria presidido por Nísia Floresta e sua primogênita Lívia.

Muitas correspondências foram trocadas entre Nísia e Comte, sendo que “a primeira carta dirigida por ella ao fundador da Sociologia foi de 19 de Agosto de 1856 e a ultima escripta por Comte foi de 29 de Agosto de 1957, seis dias antes d'elle fallecer”. (OSÓRIO, 1935, p. 60)

Existem registros de que Nísia ajudou Comte financeiramente em seus últimos dias de vida. Em sua obra, Osório (1935, p. 60) afirma:

Há um recibo de Comte, de 17 de Dezembro de 1857, em que declara lhe haver entregue Mme. Brasileira a quantia de cincoenta francos para sustentar a sua “existencia material” – quando elle no fim da vida, lutou com a doença e a penuria!

Um de seus mais interessantes trabalhos é intitulado “Fanny ou o Modelo das Donzelas”, datado de 1847. Nesse romance, Nísia desenvolveu trabalho literário baseado na moral e nos bons costumes. A obra conta a história de uma jovem e sua família em plena eclosão do Conflito Farroupilha. No texto, Nísia narra a história de uma família que se vê na miséria com a perda do pai para a guerra. Dessa forma, é exposto

como a vida e o dia a dia das mulheres foram modificados com a guerra entre farroupilhas e imperiais, situação vivida pela própria autora.

Em 1853, aos 43 anos, Nísia escreveu “Opúsculo Humanitário”, obra que trata da educação da mulher e de seu papel de educadora da sociedade.

Por todos esses motivos, Nísia Floresta Brasileira Augusta é considerada pedagoga, republicana, abolicionista e precursora do feminismo no Brasil, tratando, no século XIX, alguns aspectos que, até alguns anos atrás, eram discutidos pela sociedade.

Nísia faleceu, aos 75 anos, em 29 de maio de 1885, no norte da França, na cidade de Ruão.

2.3 Os amores de Garibaldi

Durante os dez anos de lutas pelas causas farroupilhas, o italiano Giuseppe Garibaldi viveu dois grandes amores.

Sua primeira paixão foi a pelotense Manoela, que Garibaldi conheceu logo que chegou ao Rio Grande do Sul. O romance vivido com Manoela foi intenso, porém rápido, e, logo após, Garibaldi envolveu-se com Anita.

Ao dirigir-se a Santa Catarina para lá fundar a República Juliana, Giuseppe conheceu Anita, aquela que foi mãe de seus filhos e lutou, ao seu lado, em inúmeras batalhas até o fim de sua vida.

Ana Maria de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi, nasceu em Laguna – Santa Catarina. Mulher de coragem, lutou, em inúmeras batalhas, ao lado de seu companheiro italiano Giuseppe Garibaldi.

Por muitos, ela é considerada uma heroína, como se percebe no excerto:

[...] a flor do Brasil, a inimitável e bella Catharineta, a companheira do sacrifício da pobreza honrada de Garibaldi o paladino dos dois mundos e cavalleiro andante das nacionalidades opprimidas e dos povos sedentos de liberdade, que uniu a sua sorte á daquella que foi a mãe dos seus filhos, o anjo consolador, a providencia e o thesouro do seu magnífico amor, a própria encarnação da Republica, serene e intrepida, febril de coragem [...] (OSÓRIO, 1935, p. 40 - 41)

Alguns afirmam que Anita lutou, ao lado de Garibaldi, por amor, outros a consideram uma guerreira por natureza. Osório chama-a de “Joana D’Arc Farroupilha”. É uma nomenclatura um tanto superlativa, uma tentativa de mostrá-la como uma mulher de valores extraordinários. A verdade é que não se sabe quais foram os verdadeiros motivos que a levaram a lutar pelos ideais farroupilhas: se foi por amor a Garibaldi ou se era, por natureza, uma mulher inconformada com a sociedade de sua época. Sua participação ativa no Movimento Farroupilha ainda merece ser analisada.

Após o final do conflito farroupilha, Garibaldi retorna à Europa e Anita vai ao seu lado. No Velho Mundo, ela e seu marido continuam a lutar. Seu reconhecimento como esposa de um revolucionário internacional é tanto que, em 1891, um membro do Instituto de Coimbra da Academia Real das Ciências de Lisboa escreve um poema, homenageando a catarinense.

Antes de conhecer Anita e lutar, ao seu lado, pelos ensejos farroupilhas, o revolucionário Garibaldi viveu um romance com a pelotense Manoela.

Manoela e Garibaldi foram muito apaixonados e, mesmo depois que ele partiu, ela continuou a esperá-lo até o fim de seus dias. Por esses motivos, muitos a consideram a “eterna noiva de Garibaldi”.

Osório (1935, p. 48) refere-se a Manoela como exemplo de pureza, moral e bondade:

[...] a musa angelica, aquella que primeiro conquistou integralmente o seu coração, num rosicler de poesia, como a aparição branca e sideral que elevou Dante, chamava-se essa pelotense MANOELA, de grandes olhos azues, uma loura de figura grácil, que lhe representava a belleza ideal e inalcançável. [grifo do autor]

Observa-se, no caso de Manoela, que, para o homem farroupilha, a mulher era dotada de meiguice e pureza, espelho da Virgem Maria. “[...] foi a mulher e foram as crianças, umas e outras, creadoras do Christianismo com a piedade da sua meiguice e a pureza de Maria, a ’esposa inviolada do azul e do infinito” (OSÓRIO, 1935, p. 27)

A obra “Mulheres Farroupilhas”, de Fernando Osório Filho, é de grande contribuição para o estudo das mulheres durante o conflito separatista, que foi um dos mais longos da História do Brasil.

O olhar enaltecedor, puritano e românico de sua obra é resultado de sua visão clássica do que foi o Movimento Farroupilha, que por ele – assim como muitos autores – foi chamado de “Revolução”.

Em sua obra, Osório dá ênfase à mulher em seu papel de esposa, mãe e filha dedicada, citadas pelo próprio autor como “espelhos da República”, como se pode ver em um trecho de seu texto:

Bemditas, mil vezes aquellas que, vigilantes e ternas, pelo alento da Pátria e o breviário de suas glórias, descerram e inspiram, de um brilho de estrellas, as boas alegrias e repartem os estímulos de que os homens precisam para construir, solidamente, as acções nacionaes, sob a resplandecente influencia, unvida de dedicação e de grandeza, dos nobres ressaltos da *Mulher Farroupilha!* (OSÓRIO, 1935, p. 9 [grifo do autor])

Nesse fragmento do livro “Mulheres Farroupilhas”, percebe-se claramente a visão romantizada que se tinha da mulher farroupilha no início do século XX. O autor descreve, em sua obra, um homem que tinha dedicação total à sua mulher. Era a mulher que cuidava da educação, do lar, do vestuário e das lides domésticas e era por ela que os soldados farrapos lutavam.

Em seu texto, dotado de excessivo romantismo e derramamentos literários, é evidente a exaltação da mulher como uma grande personagem, inspiração para a vida do homem, um ser de uma pureza e uma moral inquestionáveis e inabaláveis, dignas de respeito. É provável que exemplos semelhantes de dedicação das mulheres farroupilhas tenham ocorrido entre as legalistas, todavia Osório não as cita em sua obra.

Fernando Osório Filho foi o primeiro a escrever sobre a temática e, através de seu livro, vê-se que a mulher gaúcha se destacou em meio a um cenário de grande domínio masculino, superando as dificuldades e tristezas dos dez anos de duração do motim farroupilha.

Por meio da obra de Osório, compreende-se que muitas foram as funções e papéis que as mulheres de 35 desempenharam. E foram as ações dessas mulheres durante o conflito farroupilha que antecederam, em parte, é claro, as lutas femininas pela emancipação da mulher no século XX.

3 A MULHER RIO-GRANDENSE E O MOVIMENTO FARROUPILHA SOB A ÓTICA DA HISTORIOGRAFIA DO FINAL DO SÉCULO XX

Na segunda parte desta análise, passa-se a discutir a obra “O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha”. Trata-se de uma obra coletiva, composta por textos selecionados em 1986, em comemoração ao sesquicentenário do Movimento Farroupilha. Através de um concurso para eleger as melhores pesquisas que englobavam o tema “mulheres farroupilhas”, é que se obtiveram os nomes que compõem a obra. Mesmo o tema sendo praticamente inédito, dessa seleção participaram cerca de 33 pesquisas. Entre estas, foram escolhidos cinco trabalhos para compor a obra.

Os autores dos textos que compõem o livro, são: Hilda Agnes Hübner Flores, Francisco Ricardo Rüdiger, Maria Dutra da Silveira, Niamara Pessoa Ribeiro e Aldira Correa Retamozo.

Como ocorre em todo período de guerra, os homens têm de abandonar suas casas e suas famílias para lutar em defesa de sua pátria, estados ou ideais. No conflito farroupilha, ocorrido, entre os anos de 1835 e 1845, no Rio Grande do Sul, a situação não foi diferente. Ao passo que os homens iam para o campo de batalha, as mulheres permaneciam em casa, cuidando dos filhos pequenos e da propriedade.

A ausência do marido/pai/filho na administração da propriedade fez com que a mulher saísse de seu estado de estagnação para que pudesse substituir o homem da casa em suas atividades. Até então, para a mulher eram reservadas as atividades exclusivamente domésticas, de administração do lar e da família, que era, na maioria das vezes, numerosa.

A eclosão da Revolução Farroupilha abalou o universo feminino florescente. A guerra civil atingiu o conjunto da vida social, interferindo na própria condição da mulher. De fato, o episódio mobilizou toda a sociedade, engajando o elemento feminino, que ultrapassou os limites e convenções da época para tomar partido dos acontecimentos (FRIGERI e RÜDIGER, 1986, p. 167)

Ao abordar o tema mulheres no Movimento Farroupilha, prontamente se pensa na catarinense Anita Garibaldi. Todavia, ela não foi a única que fez parte do contexto farroupilha. Muitas foram as mulheres que cooperaram indiretamente na ocorrência do conflito. Algumas se destacaram pela coragem de suas ações em prol dos farroupilhas, outras por suas ousadas produções intelectuais a favor dos imperiais.

3.1 A sempre lembrada Anita Garibaldi

De todas as mulheres que contribuíram com o Movimento Farroupilha, pode-se afirmar que somente a costureira Ana Maria de Jesus Ribeiro teve participação direta no conflito.

Anita nasceu, em Morrinhos, hoje local conhecido como Laguna, Santa Catarina, em 30 de agosto de 1821. Casou-se, em 1835, por imposição da família, com o sapateiro Manuel Duarte de Aguiar.

Quando eclodiu o Movimento Farroupilha, Giuseppe Garibaldi e alguns farrapos foram a Santa Catarina e Anita os conheceu. Aderiu ao Movimento e, em 20 de outubro de 1839, deixou seu marido para fugir grávida, rumo a Rio Pardo, com o revolucionário italiano. Casou-se com Garibaldi, no dia 26 de março de 1842, no Uruguai.

Sua primeira batalha foi, em 4 de novembro de 1839, na enseada de Ibituba, Santa Catarina.

O clima era favorável aos farroupilhas até que, na batalha do Campo das Forquilhas, a situação piorou para os rebeldes, que foram surpreendidos pelas forças imperiais. Nessa ocasião, Anita foi presa pelos legalistas.

Aproveitando-se de uma falha na vigilância, a rebelde fugiu, à procura de Garibaldi, em direção ao Rio Grande do Sul. Após oito dias embrenhada nas matas, passando necessidades e alimentando-se de frutos silvestres, ela chegou a Vacaria, onde estava seu companheiro.

Menoti, o primeiro dos cinco herdeiros de Anita e Giuseppe, nasceu, em 16 de setembro de 1840, na cidade de São Simão. Poucos dias após seu nascimento, o

acampamento farrapo é surpreendido por forças legalistas. Garibaldi havia partido em busca de roupas para agasalhar a família. Sem o marido por perto e não havendo como lutar, Anita fugiu em direção às matas, escondendo-se com seu filho pequeno.

Em meio à sofrida batalha de dezembro de 1840, Anita lutou para manter seu filho, de três meses de idade, vivo. Garibaldi escreve, em suas memórias, que, inúmeras vezes, ela teve de aquecer o pequeno com o próprio hálito.

A catarinense participou diretamente do episódio da guerra, derramando muito sangue pelos farrapos, a tal ponto que Garibaldi a apresentava para seus comandados com a seguinte frase: "Senhores, eis aqui mais um soldado". Anita não desfrutava de regalias por ser esposa do comandante, pelo contrário, afirmava que era seu dever servir às tropas farroupilhas com todas as suas forças.

Mesmo grávida, não deixou de lutar:

[...] sofrendo quedas do alto de cavalos, atravessando rios, charcos e noites úmidas, enfrentando o cruel clima do inverno do Sul, expondo-se diretamente ao fogo do inimigo, lutando corpo a corpo com bravura, jamais mortalmente ferida, bem como Giuseppe. (RIBEIRO, 1986, p. 12)

Em 1847, a família Garibaldi retorna à Itália. Ao chegar ao Velho Mundo, Anita destaca-se como a mulher de um revolucionário internacional e passa a ser conhecida como "Heroína de Dois Mundos" por acompanhar seu marido Giuseppe Garibaldi em quase todas as batalhas de que ele participou.

Ao engravidar de seu quinto filho e com a saúde já muito abalada, ela falece, nos braços de Garibaldi, em 4 de agosto de 1849, vítima de uma febre muito forte.

3.2 As intelectuais a favor do Império

Anteriormente ao conflito farroupilha, a educação feminina no Rio Grande do Sul encontrava-se em estado precário. Havia apenas duas aulas em Porto Alegre e uma em Rio Pardo. Nessa época, somente três pessoas em todo o Rio Grande do Sul eram formadas e estavam habilitadas a lecionar.

Nos anos que se seguiram, a elite gaúcha passou a exigir do governo imperial medidas que modificassem a situação de abandono da educação no estado. Através dessas exigências, surge, na cidade de Porto Alegre, o jornal “O Diário de Porto Alegre”, que, mais tarde, é acompanhado por “Constitucional Rio-Grandense” e “Amigo do Homem e da Pátria”, seguidos por um crescente número de periódicos. Em 1838, surge o periódico “O Povo”, que representava oficialmente a República Rio-Grandense.

A exemplo dos periódicos, foi crescente também o número de aulas particulares pelo Rio Grande do Sul. Paralelamente ao crescimento das aulas, aumentou o número de mulheres que buscavam atuar como professoras. As primeiras docentes do estado do Rio Grande do Sul estão registradas como sendo Maria Josefa Barreto e Nísia Floresta Brasileira Augusta.

No Rio Grande do Sul do século XIX, surgiram as primeiras escritoras, poetisas e jornalistas do Brasil. Essas pioneiras tiveram de lutar contra os preconceitos da sociedade machista da época e seguiram firmes com seus ideais. Algumas foram favoráveis aos ensejos farroupilhas, outras não abandonaram o Império de maneira alguma. O que é relevante para o momento, não é qual a corrente que seguiam, mas, sim, a coragem dessas mulheres que enfrentaram a preconceituosa sociedade de seu tempo.

Entre essas intelectuais contemporâneas aos farroupilhas, está Delfina Benigna da Cunha, que nasceu, em 17 de junho de 1791, na Estância Pontual, no município de São José do Norte. Era filha de Joaquim Francisco da Cunha e de Maria Francisca de Paula Cunha.

Quando tinha um ano e oito meses de idade, Delfina foi atingida pela varíola e ficou cega. Aos doze anos, ela compôs seus primeiros versos, revelando seu grande talento para a poesia.

Era uma mulher humilde, mas possuía grande inteligência, sendo que o primeiro livro publicado no Rio Grande do Sul é de sua autoria.

Após a morte de seus pais, em 1826, a poetisa cega viu-se em situação econômica desfavorável. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1828, buscando a proteção do Imperador e lá publicou mais duas obras.

Os dotes poéticos de Delfina sempre foram muito apreciados nos saraus da Corte e nas reuniões promovidas em sua terra natal, porém era praticamente impossível sobreviver com eles, o que obrigou Delfina a buscar abrigo na Corte. O então Imperador do Brasil, Dom Pedro I, concedeu pensão a Delfina em razão dos bons serviços prestados por seu falecido pai, Francisco da Cunha.

Alguns anos mais tarde, já não sendo mais suficiente a pensão dada pelo Império, a intelectual participava de vários recitais cujos lucros a beneficiavam.

Seu livro de estréia, *Poesias oferecidas às mulheres rio-grandenses*, é o primeiro livro de autoria feminina editado no Brasil. Foi impresso pela tipografia Fonseca de Porto Alegre, em 1834, em pleno clima pré-revolucionário, de efervescência política. Os versos de Delfina são transidos de uma tristeza e melancolia. (FLORES, 1986, p. 135 [grifo da autora])

Além de “Poesias oferecidas às mulheres rio-grandenses”, a poetisa conseguiu lançar mais duas edições: uma pela tipografia Imperial e outra pela Austral.

Dom Pedro sempre a ajudou e, em razão disso, ela nutria grande simpatia pelo Império e enorme ódio aos farroupilhas. Em seus poemas, demonstrava toda sua aversão a Bento Gonçalves:

“Maldição te seja dada
Bento infeliz, desvairado
No Brasil e em toda parte
Será teu nome odiado”.³

Com tantas e tão agressivas palavras escritas contra os líderes farroupilhas, à Delfina só restou o exílio no Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, Delfina viajaria para o nordeste do país em busca de assinaturas para seu livro “Coleção de Várias Poesias”, editado pela tipografia Laemmert em 1846.

Mesmo limitada fisicamente, Delfina lutou contra os farroupilhas e conseguiu criar uma reputação literária nessa época tão perturbada. “Em reconhecimento à sua obra extraordinária foi escolhida patrona da cadeira número um da Academia Literária Feminina RS, idealizada e concretizada em 1943” (FLORES, 1986, p. 137)

³ CUNHA, Delfina Benigna da. *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*. 1834. *Apud*: CÉSAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Globo. 1971. 2. ed., p. 99

Maria Josefa da Fontoura foi outra mulher que combateu intelectualmente os ensejos farroupilhas. Sua data de nascimento ainda é uma incógnita, provavelmente entre os anos de 1786 e 1788, sendo natural da cidade de Viamão. Era filha ilegítima de Ana Matildes da Silveira. Foi renegada por seus pais logo após seu nascimento, sendo exposta na casa de Teodósio Rodrigues de Carvalho e Maria Josefa Joaquina da Conceição.

Tendo sido criada por uma família abastada, que não teve filhos legítimos, ela foi beneficiada com considerável fortuna em 1833, constando como única herdeira.

Possuidora de grande intelecto, foi professora, escritora, poetisa, jornalista e talvez a primeira mulher a exercer cargo público ligado à justiça do Rio Grande do Sul.

Na documentação encontrada até a data de seu matrimônio com Manoel Inácio Barreto Pereira Pinto, Maria Josefa está registrada com o nome de Maria Engrácia. Encontra-se referência ao nome “Maria Josefa” somente nos documentos de nascimento e batismo de seus filhos e documentações posteriores.

Contraiu matrimônio, em dezembro de 1800, na cidade de Rio Pardo. Seu marido teve misterioso desaparecimento, deixando-a sozinha com seus dois filhos: Engrácia Maria e José Joaquim Barreto, ambos nascidos em Rio Pardo. Mais tarde, soube-se que o marido de Maria Josefa faleceu em 1830. A viúva sofreu também com a morte de sua filha, na ocasião com 10 anos de idade.

Mulher dotada de grande inteligência, ela fundou, em sua própria residência, uma escola primária mista. Além disso, Maria Josefa providenciava, com muita competência, requerimentos para o foro local. Na escola fundada pela mãe, José Joaquim aprendeu as primeiras letras, latim, geografia e filosofia.

A superação de Maria Josefa foi posta à prova com a morte de seu filho, aos 26 anos. Mãe de um casal, cuja filha tinha falecido aos 10 anos, ela não resistiu à perda de seu segundo e último filho. A partir daí, a intelectual passou a sentir-se desamparada e deprimida.

Numa tentativa de reação a todo o sofrimento causado pela perda dos dois filhos e pelo desaparecimento do marido, ela fundou e dirigiu o periódico “Belona Irada contra os Sectários de Momo”. Acredita-se que o jornal tenha funcionado entre novembro de

1833 e 21 de janeiro de 1834, e foi através dele que Maria Josefa passou a atacar, com palavras, os líderes farroupilhas.

Assim como Delfina, Maria Josefa também era adepta do modelo árcade em seus trabalhos poéticos e renegou os farroupilhas.

Sua morte ocorreu em 9 de novembro de 1837. Em seu testamento, não são citados bens materiais, no entanto constam muitos livros e materiais didáticos que eram utilizados em suas atividades ligadas ao magistério e à imprensa.

Embora vivendo em posições econômicas totalmente diferentes, tanto Maria Josefa quanto Delfina tinham em comum a aversão aos farroupilhas. “Ambas as poetisas colaboraram com jornais que faziam oposição aos farroupilhas” (RIBEIRO, 1986, p. 17)

Outra componente do grupo imperial foi Ana Eurídice Eufrosina de Barandas. A data de seu nascimento ainda não é confirmada, ficando entre os anos de 1801, 1802 e 1805 e sendo natural da cidade de Porto Alegre. Era filha do cirurgião Joaquim da Fonseca Barandas e Ana Felícia do Nascimento. Quando perdeu a mãe aos 50 anos, a intelectual e seus irmãos já eram maiores de idade. Depois de ter ficado viúvo, o pai de Ana Eurídice casou-se novamente, aos 67 anos, com Maria Angélica de Jesus, mulher sem filhos.

Ana foi casada com José Joaquim Pena Penalta até o ano de 1843. Mulher ousada para seu tempo, ela separou-se de seu marido, ficando totalmente responsável pela educação das filhas do casal sem direito a auxílio do ex-cônjuge. Acredita-se que tenha conseguido criar as filhas com os bens que herdou de seu pai. Seu divórcio foi um grande choque para a família, em especial para seu pai, que se declarava católico praticante e havia criado os filhos de acordo com rígidos preceitos religiosos.

A separação de José Joaquim forçou Ana Eurídice a assumir o lugar de seu marido em algumas tarefas que até então cabiam somente ao homem da casa. Como o ex-marido não contribuía financeiramente, coube à intelectual assumir o sustento da casa.

Ana Eurídice foi a primeira contista brasileira. Além de contista, foi poetisa e cronista. Autora de “Filósofa por Amor” - coletânea de poesias, contos e crônicas -,

datada de 1845, impressa na tipografia de Isidoro José Lopes, foi a primeira a publicar, em forma de livro, contos e apólogos.

Ana produziu obras que abordavam a crise nos lares, os efeitos que o conflito farroupilha causou nas mulheres e as transformações que ocorreram nos hábitos domésticos, provocadas pelas batalhas entre farroupilhas e imperiais.

Ao que se sabe, na literatura produzida na época, não houve contribuições por parte das mulheres nas obras produzidas em favor dos rebeldes farroupilhas. Todavia, ainda que muito remota, existe a possibilidade de que algumas mulheres tenham contribuído com obras a favor dos farroupilhas. Segundo Ribeiro (1986, p. 19):

Cabe salientar, no entanto, que muitos dos autores que colaboraram com tais jornais, utilizaram pseudônimo (como então era de costume) ou apenas as iniciais (inclusive por uma questão de cautela em época tão conturbada). Embora vaga, existe, portanto, a probabilidade de que, além das autoras já mencionadas, outras mulheres tenham, de alguma forma, participado da vida literária de então, tendo se eclipsado sob iniciais ou pseudônimos

3.3 Jornais atacam as “farrapas”

As farroupilhas que viviam em Porto Alegre, foram constantemente perseguidas e alvo de retaliações dos jornais da época.

Jornais como “O Povo” e “Estrela do Sul”, que eram adeptos das causas farroupilhas, se detinham a apresentar as injustiças cometidas pelo governo imperial e pouco se preocupavam em ridicularizar e ironizar os legalistas, ao contrário de jornais como “O Artilheiro”, que assumiu postura de retaliação nada sutil, publicando, em vários números, longas colunas que tinham como finalidade desmoralizar os farroupilhas, em especial as mulheres.

Um grupo de mulheres da cidade de Porto Alegre reuniu-se em um partido farroupilha bastante ativo e eram conhecidas como “farrapas”. As farrapas tornaram-se alvo preferido de alguns periódicos da época, como “O Artilheiro”.

As farrapas participavam ativamente e costumavam levar informações aos soldados farroupilhas, promovendo reuniões e recursos. Entre suas estratégias de

ação, estava a disseminação de boatos, fornecimento de gêneros de primeira necessidade às tropas farroupilhas, estocagem de alimentos e espionagem. Algumas farrapas chegaram a ser presas pelos imperiais a fim de produzir relatórios e conduzir investigações. Outras perderam seus direitos e receberam punições que poderiam chegar ao banimento.

Atacadas pelos jornais da época que eram contra os rebeldes farroupilhas, as farrapas eram referidas como “doidas”, “assanhadas como baratas”, “cadelas raivosas”.

Em um de seus números, o jornal chegou a lançar o “Termômetro Farrapo”, que media a situação do conflito através das atitudes das rebeldes:

“– Quando as ‘farrapas’ têm as janelas fechadas e não aparecem, ou aparecem à janela e com lenço amarrado na cabeça, as notícias são boas para a Legalidade, e é porque aconteceu algum infortúnio aos ‘machos’.

“– Quando as ‘farrapas’ saem de noite em procissão da casa de uma para as das outras, são também boas notícias porque estão dando pêsames umas às outras.

“– Quando as ‘farrapas’ andam assanhadas, como as baratas, quando adivinham chuva, saindo em procissão de dia, as notícias não são boas.

“– Quando as ‘farrapas’ mandam comprar cera e chegam animadamente à janela, é preciso cuidado, porque esperam algum movimento, e a cera é para os santos fazerem milagre.”⁴

O periódico “O Artilheiro” era um exemplo de como as forças imperiais atacavam e desvalorizam as mulheres que apoiassem o movimento farroupilha.

Em um período em que era dedicada pouca atenção às mulheres e sua participação ativa na sociedade era rara, foi preciso que a oposição delas se fizesse sentir ao ponto de um jornal se preocupar em atacá-las de tal maneira, uma prova do medo que sentiam da adesão de mais forças à causa farroupilha. Ribeiro (1986, p. 27) afirma que “o medo de que a força, através do exemplo, se alastrasse, conduzindo à resistência novas adeptas, fez com que *O Artilheiro* apresentasse severa doutrinação moral sobre as ‘funções’ [...] a que a mulher deveria se adequar (reduzir, pensamos) [...]” [grifo da autora]

⁴ (Termômetro Farrapo. *O Artilheiro*, de 23 de dezembro de 1837. nº 23. *Apud* RIBEIRO, Niamara Pessoa. *Heroínas da Resistência Gaúcha*. In: RETAMOZO, Aldira Correa. **O papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.p. 24)

3.4 Os diversos perfis das anônimas

Anita marcou seu nome na História, pois teve participação direta no conflito farroupilha. Outras deixaram seu nome na literatura local por serem contra os ideais republicanos. Houve, do mesmo modo, a mulher anônima, os rostos desconhecidos daquelas mães, irmãs, esposas, empregadas ou filhas que lutaram pela República Rio-Grandense.

Foi destas anônimas que surgiu o apoio afetivo e moral de que os soldados farroupilhas tanto precisavam. Com a saída de seus maridos, pais e filhos, estas mulheres tiveram de ocupar seus lugares, passando a ser os “homens da casa”.

Durante os dez anos de duração do conflito, elas tiveram de lutar para manter a casa e a família, ocupando o papel de “pai e mãe” para os filhos. Por uma década, estas mulheres tiveram de suportar o desespero de, muitas vezes, não ter notícias de seus filhos, maridos e pais.

Vendo-se sozinha e desamparada, a mulher farroupilha teve de modificar seus hábitos, que eram restritos às atividades domésticas, teve de deixar a comodidade do lar e assumir a rotina repugnante das charqueadas e desgastante das estâncias, mas, mesmo assim, não perdeu sua feminilidade, como se percebe no excerto:

Por trás da vida rude e até mesmo aparentemente brutal que se estabeleceu nas estâncias e charqueadas, e nas lides do dia a dia na cidade, a mulher do Sul desenvolveu todo um ritual de delicadeza oculto à primeira vista. O homem estava na guerra; era da mulher a responsabilidade de, na medida do possível, manter a estância em funcionamento, não permitindo que se desativasse a charqueada, sustentar a casa, quer na cidade ou no campo, com vestígios de vida e esperança (RIBEIRO, 1986, p. 30)

Mesmo sem ter participação direta no conflito, como a catarinense Anita, a mulher gaúcha estava envolvida com os acontecimentos que se desenvolviam no campo de batalha. Ao permanecer em casa, cuidando de sua família e de sua propriedade, ela contribuiu para que fossem mantidas algumas estruturas anteriores à ida dos homens ao conflito.

Ocasionalmente algumas mulheres acompanhavam os homens em suas lutas. Muitas delas carregavam consigo seus filhos, mantimentos e suplementos que fossem precisos. Essas mulheres, mesmo acompanhando os soldados em seus acampamentos, não se envolviam diretamente no conflito, no entanto sofriam suas consequências. Em suas memórias, o rebelde italiano Giuseppe Garibaldi narra um desses acontecimentos:

A terrível chuva que nos perseguia não cessava de cair, acontecendo muitas vezes que uma parte dos nossos soldados se acharam entre duas correntes de água e aí ficaram privados de todo o alimento, morrendo muitos de fome, e principalmente as mulheres e as crianças, que não podiam suportar tanto as privações (...) Poucas mulheres e menos crianças saíram vivas da floresta. As poucas que escaparam foram salvas pelos cavaleiros, que tendo a felicidade de conservar os cavalos, tiveram dó daqueles pequenos entes, abandonados por suas mães mortas de fome, frio e fadiga⁵

Ao longo do conflito, muitas mulheres, homens incapacitados para a luta e crianças partiam em caravana para o Uruguai para proteger-se da guerra.

Mesmo com o terror da guerra, algumas superaram os temores oriundos do conflito e permaneceram ao lado de seus maridos, assim como as mulheres dos generais farroupilhas, que merecem reconhecimento por sua dedicação e companheirismo.

Bernardina Barcelos de Lima Almeida, filha de Bernardino Rodrigues Barcelos e Maria Francisca da Conceição, foi uma dessas mulheres. Pelotense e filha de charqueadores, casou-se, aos 27 anos, com Domingos José de Almeida, importante membro da República Rio-Grandense, no ano de 1824. Seu marido tornou-se Ministro da Fazenda e foi de personalidade ativa na República Farroupilha.

Sua participação se deu através de seus conselhos dados ao marido. Mesmo com poucas letras, ela trocava correspondências com o cônjuge, que, enxergando seu bom senso, praticamente nada fazia sem consultá-la. Cartas trocadas entre o casal dão a entender que Bernardina era mulher esclarecida e desenvolta, trocando com o marido ideias de variados assuntos, desde temas relacionados com a vida doméstica a

⁵ (GARIBALDI, Giuseppe. Memórias. *Apud* RIBEIRO, Niamara Pessoa. Heroínas da Resistência Gaúcha. In: RETAMOZO, Aldira Correa. **O papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.p. 31)

assuntos de guerra. Na correspondência rica em detalhes, percebia-se um respeito mútuo e uma relação de tratamento praticamente de igual para igual entre marido e mulher.

No momento em que estourou o conflito, Bernardina tinha dado à luz o seu sétimo filho havia poucas semanas. Quando o pequeno bebê contava com apenas cinco semanas de vida, foi feita uma emboscada e Domingos José de Almeida foi preso sob as ordens do então presidente Braga. Sua esposa tentou, de todas as maneiras, libertá-lo, porém foi em vão. Aparentemente conformada com a situação, Bernardina enviou a Domingos livros como “O Contrato Social” e “Economia Política e Tratado de Delitos e Penas”, obras de cunho político.

Ao tempo em que Domingos estava ocupado, exercendo funções ministeriais, Bernardina assumia a administração da charqueada da família, considerada de grande porte, com quase cem escravos. Somada aos negócios da família, cabia também a Bernardina a administração do lar e da numerosa família.

Sua experiência como filha de charqueadores foi de grande valia e a auxiliou muito a contornar possíveis más intenções dos credores da família. A confiança do casal era tanta que Domingos concentrou toda a administração dos bens da família nas mãos da mulher, chegando a redigir cartas a seus credores para que eles se dirigissem a Bernardina como se fosse a ele.

Como toda mãe, Bernardina preocupava-se com a educação de seus filhos, fato comprovado em inúmeras cartas trocadas entre ela e o marido. No ano de 1837, a mãe zelosa contratou professor particular para dar aulas ao primogênito, que se encontrava em idade escolar.

À medida que os filhos aprendiam as letras, eles começavam a trocar correspondência com o pai, que estava em frente aos compromissos farroupilhas. Nas cartas trocadas com os filhos, Domingos mostrava-se continuamente preocupado com a educação dos mesmos, sempre dando conselhos para os pequenos.

Para dar continuidade aos estudos de sua prole, Bernardina alugou um imóvel para que o professor tivesse um ambiente mais calmo e tranquilo para ensinar seus alunos. Desfrutaram dessa escola também os filhos dos vizinhos. Domingos aprovou e parabenizou sua mulher pela iniciativa de fundação da escola. Mais tarde, mesmo com

a fuga da família para a cidade de Piratini, as aulas parece terem continuado. Com o passar do tempo, com as dificuldades financeiras típicas de guerra e já sem recursos para conseguir manter a escola, Bernardina foi obrigada a fechá-la.

O conflito farroupilha fez a família, que possuía muitos bens, chegar à beira da miséria. Anteriormente ao início da guerra, a família possuía uma das melhores charqueadas da cidade de Pelotas, com muitos escravos que nela trabalhavam. No ano de 1837, já não possuía praticamente mais nada, chegando a alienar suas propriedades particulares em favor da nova República.

As dificuldades tornaram-se cada vez mais frequentes e, em 1838, Bernardina e Domingos enterraram um filho e, ao final do conflito farroupilha, a mulher perdeu o irmão Epaminondas.

Em 1844, Bernardina viaja a Bagé em missão de libertar o marido, que havia sido aprisionado. Ao retornar para sua casa, depara-se com toda sua propriedade destruída pela ira do conflito farroupilha.

O casal Domingos e Bernardina teve uma considerável participação no Movimento Farroupilha. Ativos em todas as questões referentes ao conflito, estavam sempre dispostos a ajudar quem fosse favorável aos ideais farrapos, e a prova disso está no auxílio que davam aos amigos que lhes pediam socorro. Um desses amigos da família foi Maria Luísa Ferreira Barcelos.

Maria Luísa era prima de Domingos José de Almeida e a ele escreveu em desespero, logo nos primeiros dias de 1843, depois de perder seu marido. Todavia, a correspondência enviada à família Almeida foi interceptada, pois o escravo portador da carta havia sido preso por forças inimigas.

Dias mais tarde, Maria Luísa escreve nova carta. Nela, a viúva, desesperada, pedia que o primo libertasse dos serviços das armas Pedro Gaspar, o capataz de sua fazenda. Desamparada, Maria Luísa não encontrava ninguém que pudesse ajudá-la na administração dos bens da família e acreditava que o capataz poderia auxiliá-la nas tarefas relacionadas à propriedade.

Vencidas as dificuldades e suportada a dor e o desespero iniciais, Maria Luísa seguiu administrando sua estância. Cinco anos depois que Maria Luísa havia escrito a

primeira correspondência, ela remeteu nova carta ao primo. Nesta, pediu-lhe um empréstimo para que pudesse saldar algumas dívidas com seus credores.

Nas duas cartas escritas pela viúva, percebe-se considerável diferença entre ambas. Na primeira correspondência, tomada pela dor e pelo sofrimento da recente perda do marido, Maria Luísa mostrou-se uma mulher frágil, descrente da própria capacidade de administrar a família e os negócios. Com o passar do tempo, a viúva superou os problemas iniciais e mostrou-se uma mulher de fibra, capaz de conduzir a família e os negócios.

O exemplo de Maria Luísa Ferreira Barcelos ilustra muito bem a situação sentida não só por ela, mas por muitas outras mulheres que viveram durante o período farroupilha e que descobriram em si uma capacidade de improvisação que até então desconheciam.

Assim como Maria Luísa, muitas mulheres ficaram viúvas quando seus filhos ainda eram pequenos, e “era preciso criar recursos e manter o latifúndio rural, base da economia rio-grandense, até poder transferi-lo posteriormente a algum herdeiro varão que atingisse idade” (FLORES, 1986, p. 120)

Mais um modelo de companheirismo e colaboração das mulheres dos importantes membros farroupilhas, assim como Bernardina Barcelos de Lima Almeida, foi Caetana, mulher do líder farroupilha Bento Gonçalves.

Caetana Francisca Gonzales nasceu, no Uruguai, no ano de 1798. Era filha de Narciso Garcia e de Maria Gonçalves. Casou-se, aos 16 anos, com Bento Gonçalves da Silva, dez anos mais velho, em 8 de dezembro de 1814.

No ano de 1824, mudaram-se para a cidade de Camaquã e se instalaram na Fazenda Cristal. Na época da eclosão do conflito farroupilha, ela mudou-se para a Estância da Barra, na casa de suas cunhadas Ana e Antônia. Em razão do conflito farroupilha, a partir de 1843, a família começou a passar por grandes dificuldades financeiras, sobrevivendo por meio de doações de amigos próximos.

Caetana deu à luz oito filhos: Perpétua Justa, Joaquim, Bento, Caetano, Leão, Marco Antônio, Maria Angélica e Ana Joaquina. Os filhos homens participaram ativamente do exército farroupilha e uma de suas filhas, Perpétua, casou-se com o importante membro farrapo, Inácio José de Oliveira Guimarães.

A esposa do rebelde Bento tornou-se viúva em 1847 e só faleceu, aos 74 anos, no dia 30 de março de 1872.

Próximo à cidade de Jaguarão, viveu outra mulher que contribuiu para a História do Movimento Farroupilha. Seu nome era Eugênia Menezes, filha de João Menezes.

Eugênia fora noiva de João Costa, entretanto um desentendimento entre os membros das duas famílias impediu a consolidação da relação. Ela só se casaria bem mais tarde, aos 60 anos, com o uruguaio Zeferino Uru. O marido era viciado em jogos e foi assassinado, deixando-a viúva em pouco tempo de matrimônio.

Durante o conflito farroupilha, quando ainda estava na condição de solteira, Eugênia tornou-se a enfermeira dos feridos das batalhas do Seival., socorrendo-os nos campos de batalha da Guerra dos Farrapos.

Havia mulheres que acompanhavam as tropas de revolucionários em suas viagens, porém não participavam diretamente da batalha. Eram as vivandeiras ou chinas⁶.

Em presença quase sempre anônima, acompanhavam os homens nos campos de batalha, cuidando das roupas e da alimentação das tropas farroupilhas, como aponta Flores (1986, p. 109): “As vivandeiras estavam presentes em todos os escalões militares, anônimas quase sempre.” Segundo Silveira (1986, p. 80): “Heroínas são as mulheres anônimas que andavam à cauda das colunas militares, a cavalo ou em carretas, incitando os soldados à luta, pensando-lhes as feridas ou aquecendo-lhes o corpo e a alma.”

Uma china bastante conhecida pela História foi Maria Ferreira Duarte, a famosa “Papagaia”. Mulher de personalidade forte para seu tempo, ganhou esse apelido porque seu marido, o boticário João Ferreira Duarte, carregava sempre às costas uma gaiola com um papagaio. O esposo de Maria Ferreira Duarte era cirurgião do batalhão farroupilha e ela sempre o acompanhava nos acampamentos. O caso é que Maria o traía sem discrição alguma com o general farroupilha David Canabarro. Mal vista por toda a tropa farroupilha, que sabia de sua traição, recebeu dos combatentes o apelido

⁶ “Usamos, aqui, o termo com significado de “pessoa que apresenta alguns caracteres étnicos das mulheres indígenas” e não, apenas, “a mulher de vida airada””. (SILVEIRA, 1986, p. 81- 82)

de “Papagaia”. Mesmo com a infidelidade de Maria Ferreira Duarte, o casal permaneceu junto até a velhice.

Como na época do conflito não havia um serviço de suporte aos exércitos, estas mulheres atendiam a todas as necessidades dos soldados farrapos. As chinas costumavam fazer os serviços domésticos, como lavar e passar as fardas, cozinhar, entre outros afazeres, sempre improvisando recursos.

As chinas eram de várias origens, em especial uma mistura de lusos com índias e escravas.

Além das vivandeiras, as escravas também tinham sua importância como integrantes do grupo anônimo de trabalhadoras.

O Rio Grande do Sul, na época que eclodiu o Movimento Farroupilha, possuía uma economia latifundiária que tinha as atividades voltadas basicamente para as charqueadas e estâncias e, sendo assim, o papel das escravas foi de fundamental relevância.

Seja na estância ou na charqueada, as escravas desempenhavam diversificadas funções, desde as atividades comuns às mulheres, como os afazeres domésticos em geral, a atividades que poderiam ser desempenhadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Nos jornais da época, encontravam-se anúncios pedindo ou oferecendo escravas. Conforme o historiador Mario Maestri (1993, p. 45): “Pediam-se ou ofereciam-se cozinheiras, engomadeiras, amas de leite [...] doceiras [...] costureiras, mucamas, etc.”

Elas colaboravam com o conflito, auxiliando no tratamento dos feridos em guerra e na tecelagem e confecção de roupas destinadas às tropas farroupilhas.

As escravas eram consideradas “peças” que poderiam exercer múltiplas tarefas, como se pode perceber em Flores (1986, p. 104): “[...] a escrava podia ser vendida, trocada, alugada, emprestada, hipotecada, dada de presente, legada em herança, separada do companheiro, usada e descartada.” Já as crianças que nasciam das escravas, desde cedo, aprendiam a servir e obedecer aos senhores.

A respeito de como proceder no tratamento dos escravos, João Francisco Vieira da Cunha, grande latifundiário rio-grandense do período farroupilha, escreveu

“Instruções para o capataz da Estância da Música”. Seu pensamento era que somente um escravo tratado com humanidade poderia render bons lucros e não provocaria rebeliões nem tentativas de fuga.

O tratamento mais ou menos humanitário recebido pelo escravo e escrava, dependia muito da maior ou menor visão do proprietário, que a rigor visava obter o máximo de retorno sobre o capital empatado na aquisição da “peça”. Maus tratos e racionamento de alimento não eram medida inteligente, pois provocariam revolta ou fraqueza, ambas desestímulo à produção (FLORES, 1986, p. 106)

Entre os escravos, não foram poucos os casos de revolta que acabaram em fuga. Muitos fugiam em bando e levavam pertences de seus patrões, que ofereciam substanciosas recompensas a quem os encontrasse.

Entre as “Instruções” escritas por Vieira da Cunha, estão 58 artigos dedicados ao tratamento destinado aos negros na administração de suas propriedades. Dentre esses artigos escritos, alguns se referem à alimentação e à saúde, ao fornecimento de vestimentas aos escravos e à sua iniciação na vida religiosa.

Se o Movimento Farroupilha deu esperanças ao escravo negro para uma “suposta” liberdade, caso participasse das batalhas, para a escrava nem essa esperança de ascensão social foi concedida, pois ela permaneceu praticamente exercendo as mesmas funções que realizava antes da eclosão do conflito.

Do mesmo modo que as escravas, as índias também participaram do conflito. Silveira (1986, p. 81) afirma:

O hábito de acompanharem seus maridos tornava-as partícipes de façanhas guerreiras. Tanto isso é verdade que Osório, pouco antes de estourar a Revolução, envolvido num acidente de fronteira, em que morreram algumas índias, foi absolvido ao provar que as mulheres foram mortas em combate, junto com seus maridos.

A participação das escravas foi mais intensa que a das indígenas. À época farroupilha, o número de negros no Rio Grande do Sul ultrapassava o de indígenas, pois Rivera havia levado os nativos restantes das Missões Jesuítas para o Uruguai. Mais tarde, alguns retornaram ao Rio Grande do Sul com as colunas de uruguaios.

3.5 A imigrante alemã e o conflito de 35

A busca de melhores condições de vida longe dos horrores das guerras napoleônicas na Europa foi um dos principais pretextos que motivaram colonos alemães e suas famílias a emigrarem para o Rio Grande do Sul.

No momento em que se iniciou o Conflito Farroupilha, a Colônia Alemã de São Leopoldo contava com quase cinco mil e quinhentos colonos assentados. O exemplar crescimento econômico dos colonos que ali estavam assentados há pouco mais de cinco anos, chamou a atenção das autoridades de guerra. Deparando com esse rápido desenvolvimento, os líderes farrapos viram, nos colonos alemães, possíveis soldados que lutariam pela República Rio-Grandense. Somando-se a isso, os imigrantes passaram a ser fornecedores de produtos agrícolas, armas e animais para o conflito.

Grande parte dos imigrantes alemães vivia isolada em seus lotes rurais desde que começaram a desembarcar na Colônia de São Leopoldo, em 1824. A maioria dos colonos e suas famílias não tomava conhecimento dos acontecimentos em relação ao 20 de setembro de 1835.

Mesmo em um número pouco considerável, também houve a participação das mulheres imigrantes alemãs no Movimento Farroupilha. Na chegada à sua nova pátria, para superar as dificuldades iniciais, a mulher teve de ajudar em inúmeras tarefas. Segundo Flores (1986, p. 143), ela

auxiliava na lavoura e no trato dos animais, ordenhava e cultivava a horta. Sua casa era pequena e modesta, mas limpa e tinha jardim à frente. Sonhava com o dia que o marido pudesse lascar algumas tábuas, ou mandar serrá-las, para construir moradia maior. Enquanto isso, cuidava dos filhos pequenos, cozinhava, lavava, cosia, tecia e bordava.

Com o corte do auxílio para a alimentação que o governo fornecia, os últimos imigrantes que ao Rio Grande do Sul chegavam, tinham de ser amparados pelos vizinhos que se haviam instalado há mais tempo. A mulher compartilhava com os filhos dos recém-chegados o leite de suas crianças.

Os colonos alemães recém-vindos foram mobilizados para um conflito que não lhes pertencia. Dividiram-se em dois grupos: os que apoiavam os republicanos, sob o comando do pastor Frederico Cristiano Klingerlhofer, e os legalistas, tendo como dirigente Daniel Hillebrand.

Klingerlhofer e sua esposa, Luise Stapp, voltaram-se a favor dos farroupilhas, uma vez que para o Império a religião do casal não tinha validade no Brasil. Pastor de Campo Bom desde 1827, viu na República Rio-Grandense a esperança de melhora de vida e de reconhecimento de sua crença. O casal alemão engajou-se na luta para agenciar colonos para as tropas farroupilhas. Luise auxiliava o marido, contatando com as mulheres dos colonos numa tentativa de facilitar a adesão.

Em 6 de novembro de 1838, quando soube da morte do marido, que havia sido degolado, Luise fugiu com sua família para a cidade de Rio Pardo. Da mesma maneira que os Klingerlhofer, outras famílias emigraram da Colônia de São Leopoldo para escapar da violência do conflito farroupilha. Luise faleceu, anos depois do final do Conflito Farroupilha, em 17 de abril de 1872, na cidade de Porto Alegre.

O alemão Hermann von Salich, membro da Legião dos Estrangeiros, foi o responsável por recrutar colonos para as fileiras de luta farroupilha. Aos que eram favoráveis, prometia terras e dinheiro, aos que eram contrários, ele proferia ameaças. Em 1836, Salich publicou o periódico “O Colono Alemão”. Porém, ele não surtiu muito efeito, uma vez que havia sido publicado em português, língua que os colonos alemães pouco conheciam.

Quando alguns colonos passaram a ser recrutados para as tropas farroupilhas, muitas mulheres rezavam, temendo o que pudesse acontecer a seus maridos e filhos.

Mais uma vez seus homens haviam partido para a guerra. Pareciam os velhos tempos da Europa, em que nunca sabiam se os guerreiros voltariam com vida. Só que agora pesava sobre seus ombros a enorme faina da lavoura, do trato dos animais e o cuidado dos filhos. Os mais velhos ajudavam. Dividiam as tarefas como podiam (FLORES, 1986, p. 146)

Para as mulheres desses colonos só restava a espera. Conforme Flores (1986, p.147): “Foram tempos difíceis [...] e todas as outras colonas que na ausência dos homens viam soldados desfilando pelas colônias, dizimando colheitas, levando cavalos, carneando a vaquinha do leite...”.

Na tentativa de evitar que seus filhos fossem recrutados para a batalha, muitas mães permitiram que seus jovens casassem cedo, pois acreditavam que os homens casados teriam menos possibilidades de serem convocados.

Em abril de 1836, partiu da Colônia de São Leopoldo uma tropa de colonos alemães recrutados por Daniel Hillebrand. Esses colonos faziam parte da Companhia de Voluntários Alemães, que tinha como objetivo defender o Império, que os havia acolhido. Nesse cerco à cidade de Porto Alegre, muitos colonos perderam a vida. Assim que o poder da capital gaúcha foi devolvido aos imperiais, as tropas de imigrantes seguiram para outros pontos do Rio Grande do Sul com o mesmo objetivo. Muitos foram os colonos que morreram nas frentes de combate farroupilha.

Essa situação fazia com que retornasse a mesma realidade vivida por muitas mulheres na Europa, em que seus homens iam para a guerra com a incerteza do retorno. Com os maridos na luta, pesavam sobre seus ombros as responsabilidades de criar os filhos, administrar a casa e a lavoura.

3.6 Mulheres da cidade de Jaguarão

As mulheres da cidade de Jaguarão tiveram grande participação nas questões que envolvem o Movimento Farroupilha.

Francisca Antônia de Souza era descendente de açorianos, filha de Manoel Jerônimo de Souza e de Rosa Maria de Souza. Contraiu matrimônio com Francisco Antônio D'Ávila em 8 de agosto de 1792. Foi mãe de Francisco Antônio D'Ávila Segundo e Florisbelo D'Ávila. Como ficou viúva logo após seu casamento, teve de criar seus dois filhos sozinha. Ao atingirem idade adulta, ambos os filhos tornaram-se contrários ao Império.

O primogênito de Francisca casou-se com Ana das Chagas D'Ávila, com quem teve oito filhos. Enquanto seu marido combatia no conflito farroupilha, Ana das Chagas adquiriu grande experiência em comandar os negócios da família. Ao ficar viúva, seus

negócios prosperavam de tal maneira que ela pôde educar três de seus filhos, que, mais tarde, se formariam em Direito e Medicina no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Uma mulher ficou dividida entre o apoio aos Farrapos e aos Imperiais e seu nome era Ana Vieira Barão. Nascida em Porto Alegre, viveu como agregada na Fazenda do Cerro do Baú com seus seis filhos. Seus dois filhos mais velhos, Israel e Ludovico Barão, deixaram-na dividida: o primeiro servia aos legalistas e o segundo aos republicanos.

Dotada de poderes mediúnicos, era muito procurada pelas mães e esposas aflitas que desejavam notícias dos entes queridos ausentes. [...] morreu pobre, sem tirar proveito de seus dons, a não ser para auxiliar outras mulheres que, como ela, haviam sido jogadas no turbilhão de uma guerra fratricida (SILVEIRA, 1986, p. 86)

A respeito desses “poderes”, é provável que utilizasse as informações de ambos os lados, dadas por seus filhos, que ela esperava, no dia seguinte, serem confirmadas.

Algumas mulheres, como Mafalda Pereira da Silva, ocupavam posições de “utilidade pública”. Descendente de açorianos, era irmã de Bernardino Pereira da Silva, furriel dos farroupilhas, e casada com Manoel Antônio Pinto. Era parteira e tinha papel reconhecido pela sociedade da época. Mesmo com as rivalidades entres as duas facções farroupilhas do Rio Grande do Sul, as parteiras eram figuras respeitadas por ambas. Mafalda estava sempre disposta a prestar seus serviços a qualquer hora do dia ou da noite.

Teodósia, filha de Mafalda, continuou exercendo a profissão da mãe com o auxílio do terceiro filho de Ana das Chagas, Francisco das Chagas, que se formou médico.

Eulina Gonçalves da Silva não era jaguareense, mas também cooperou com os farroupilhas. Nasceu em Piratini e era casada com Manoel Gonçalves da Silva, irmão de Bento Gonçalves. Junto com seu marido, Eulina foi proprietária do casarão sede do Ministério da Guerra da República. Nesse local, no ano de 1837, também funcionou a primeira escola pública da República. O casal Gonçalves muito contribuiu financeiramente para os farrapos.

Em Jaguarão, foram constantemente ameaçados, uma vez que a cidade era de maioria imperial. Todavia, mesmo com o constante risco que corriam, não hesitaram em receber exilados em suas terras na Banda Oriental.

Maria Ferreira e Ana Ferreira Antunes foram outras duas mulheres, entre inúmeras mais, que residiam na cidade de Jaguarão e tiveram participação indireta no Conflito Farroupilha.

Ana Ferreira Antunes era esposa de João Antunes, farrapo violentamente assassinado na presença de sua família. Com o assassinato de seu esposo, Ana viu-se sem condições de administrar sua propriedade sozinha em razão de seus filhos serem muito pequenos. Por isso, redigiu uma carta para Domingos José de Almeida. Nessa correspondência, Ana solicitava que o contrato de arrendamento de sua propriedade fosse passado ao Major Félix Vieira.

Maria Ferreira, descendente de açorianos, casou-se com Maurício Dutra da Silveira em 1803. Ficou viúva em 1841, antes do término do conflito farroupilha. A família residia em Jaguarão quando eclodiu o conflito. Maria e sua família possuíam um armazém que sempre abastecia as armadas farroupilhas que, pela cidade, passavam. Como Maria Ferreira não desejava que seus filhos participassem do combate farrapo, doou escravos ao líder farroupilha, Bento Gonçalves, para que eles servissem aos farroupilhas em lugar de seus filhos.

3.7 A Roda dos Expostos

Atender crianças que eram rejeitadas por suas mães e família: esse era o propósito da Roda da Santa Casa, em Porto Alegre.

Fundada no ano de 1837, através de uma lei promulgada pela província, a Roda da Santa Casa se fez presente até meados do século XX. Durante seu período de funcionamento, foram atendidas cerca de duas mil e quinhentas crianças. Entre essas, estão cerca de 184 que foram expostas à Roda no andamento do Movimento Farroupilha.

A Roda dos Expostos era uma maneira de mães solteiras, mães de filhos ilegítimos ou deficientes, entre outras inúmeras razões, doarem seus filhos. Durante a noite, a pessoa incumbida da doação aproximava-se da Roda, depositava a criança rejeitada, girava o mecanismo da Roda e acionava uma sineta. Dessa forma, a criança era movimentada para dentro dos muros da Santa Casa e era recebida pela porteira sem que a pessoa que tivesse entregue a criança, pudesse ser identificada.

A porteira morava próximo ao portão de entrada da Santa Casa. Sempre que ouvia a sineta, a porteira sabia que uma criança havia sido posta na Roda, e era sua função recolhê-la. O controle de entrada e saída de pessoas na Santa Casa também era função da porteira. Em troca desse serviço, ela recebia moradia gratuita, alimentação, roupa lavada e um ordenado.

Além da porteira, existiam outras funções, todas desempenhadas por mulheres. A Roda dos Expostos foi a instituição pioneira na utilização do serviço remunerado para as mulheres com funções pré-determinadas.

Um dos mais importantes cargos dentro do funcionamento da Roda dos Expostos foi o das amas de leite. Responsáveis diretas pela alimentação dos bebês (não se utilizavam mamadeiras), as amas de leite deveriam possuir boa saúde. Elas eram auxiliadas pelas amas de criação. As segundas eram crianças que haviam sido expostas quando pequenas. No momento em que atingiam a idade exigida, eram selecionadas e designadas a auxiliar as amas de leite na criação dos pequenos recém-chegados. Pelos serviços prestados, as amas recebiam gratificação, alimentação e roupas.

A responsável pelo funcionamento da Roda - atrás somente do mordomo e do administrador da Casa dos Expostos - era a regente. A ela cabia o registro no Livro de Ingressos da Casa, onde eram anotados todos os dados que diziam respeito à criança abandonada. Para desempenhar essa função, a regente deveria saber ler e escrever, sendo, na maioria dos casos, mulher de grande experiência e avançada idade.

Os padrinhos e madrinhas auxiliavam na educação e sustento das crianças abandonadas. Mesmo que fosse indicada, a candidata a madrinha poderia negar o pedido. “Os padrinhos não se furtavam ao ‘ato de caridade cristã’ transformado em obrigação moral pelos preceitos institucionalizados do patriarcado religioso. Recusar

era tão insólito que constava entre os assentamentos do *Livro de Registro*.” (FLORES, 1986, p. 153 [grifo da autora])

Durante os anos de funcionamento da Roda dos Expostos no período que coincidiu com o Conflito Farroupilha, 74 crianças foram expostas com bilhetes que indicavam padrinhos e madrinhas. Catorze meninas que haviam sido expostas à Roda durante o Movimento Farroupilha, ao atingirem idade suficiente, tornaram-se madrinhas de outras crianças expostas.

Conforme consta nos assentamentos do Livro de Registro, havia madrinhas de diferentes classes sociais. Caso fossem casadas com autoridades, registrava-se “Sua Sra.”; para esposas de médicos utilizava-se “Dona” e para as carentes registrava-se somente “Mulher”.

Também fazia parte do sistema de funcionamento da Roda dos Expostos a função de criadeira profissional. Da mesma maneira que as outras funções, ela também era remunerada de modo que foi vista por algumas mulheres da época como meio de contribuir para o orçamento do lar.

Primeiramente a criadeira passava por uma avaliação que determinava se estava apta ou não para educar a criança, que passava aos seus cuidados logo após a cerimônia de batizado. Os meninos ficavam sob os cuidados da criadeira até completarem sete anos de idade e depois eram encaminhados para o Arsenal de Guerra. As meninas permaneciam sob a tutela da criadeira até os oito anos e, em seguida, retornavam à Casa dos Expostos, onde eram alfabetizadas.

A criadeira era remunerada pela educação da criança, mas, como garantia de bons tratos, a Santa Casa exigia que o exposto comparecesse à instituição todos os meses para avaliação de seu estado físico.

Exercer a função de criadeira profissional foi uma das muitas maneiras que as mulheres de 35 encontraram para suprir as necessidades de suas casas. Seu marido estava na guerra e a mulher teve de sair de seu estágio de estagnação para manter o patrimônio de sua família. A maneira com que os acontecimentos se foram desenrolando fez evoluir a posição da mulher. Dessa maneira, ela passou a ganhar cada vez mais importância no contexto social da época e deu os primeiros passos para uma conquista de identidade e posicionamento perante a vida pública.

Durante o conflito farroupilha, a mulher deu grande contribuição e teve enorme importância na sociedade gaúcha da época. Todavia, mesmo desenvolvendo um papel passivo, nos períodos de paz, ela também foi parte fundamental da sociedade.

A prova disso está na dança gaúcha. É a única do país a ser dançada aos pares com coreografias diferentes para o homem e para a mulher. Somente no Rio Grande do Sul, a mulher dança, ao lado do homem, com coreografia própria. Nos demais estados do Brasil, a mulher somente segue os passos do homem, não havendo coreografia exclusiva para ela. O fato de a mulher dançar ao lado do homem é prova de que este a considerava uma verdadeira companheira tanto para os períodos de guerra quanto de paz.

Mulheres que se envolveram no contexto do Movimento Farroupilha, não se deixaram intimidar pelos acontecimentos do conflito e conduziram a vida doméstica com a mesma determinação com que seus pais, maridos, irmãos e filhos lutaram nos campos de batalha. Elas suportaram privações, angústias e tristezas pela defesa de sua família, de seu patrimônio e dos ideais farroupilhas, sempre preservando o núcleo familiar.

Em todas as idades, muitas perderam pais, irmãos, filhos, maridos nas batalhas pela libertação do Rio Grande do Sul. Outras confortavam os sofrimentos dos que guerreavam e tratavam seus ferimentos. Muitas foram as maneiras que as mulheres de 35 encontraram para demonstrar sua dedicação às causas farroupilhas, e sua participação direta ou indireta no conflito merece ser registrada.

Através da obra coletiva “O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha”, pode-se conhecer um pouco mais do perfil destas anônimas que ajudaram a construir a história do Conflito Farroupilha.

A obra escrita, em finais do século XX, deixa de lado o excessivo romantismo e derramamentos literários utilizados por Fernando Osório Filho em sua narrativa do início do século XX. Já a segunda obra, do final do século XX, tenta desenvolver o texto de maneira ampla, lúcida e original, utilizando fontes que até então não haviam sido pesquisadas ou reveladas pela historiografia.

Fazendo uso de diferentes métodos de pesquisa e argumentação, os autores da obra conseguiram chegar ao mesmo fim: expor o perfil das mulheres de 35 e dar a elas o destaque que merecem na historiografia sul-rio-grandense.

Embora a obra tenha contribuído muito para o estudo destas mulheres contemporâneas ao Movimento Farroupilha, a lacuna historiográfica sobre o assunto ainda é significativa. Por isso é possível afirmar a necessidade que ainda se tem, de uma maior produção historiográfica que dê voz a estas personagens no campo da história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta investigação historiográfica sobre as mulheres do período farroupilha, podem-se tecer algumas considerações finais que vão ao encontro dos objetivos expostos e desenvolvidos ao longo da estrutura da pesquisa. Destaca-se, nesse contexto, que a pesquisa teve como principal objetivo analisar os processos que envolveram parte da construção historiográfica acerca da participação das mulheres no Movimento Farroupilha (1835 -1845).

Procurou-se expor o perfil das mulheres que compunham a sociedade gaúcha à época farroupilha. Também foi objetivo da pesquisa analisar e privilegiar a investigação das protagonistas anônimas da História e não daquelas que já receberam seu destaque através da historiografia tradicional, que é o caso de Anita Garibaldi.

Ressalta-se, ainda, que a pesquisa analisou apenas duas obras que tratam especificamente do assunto abordado. As duas fontes historiográficas utilizadas foram escritas em períodos e contextos diferentes do século XX, apresentando-se como as únicas fontes específicas, e foram usadas para aprofundar as questões propostas. O elemento básico desta investigação foi a análise das ideias observadas na leitura das bibliografias propostas.

A obra intitulada “Mulheres Farroupilhas”, de autoria de Fernando Osório Filho, foi a primeira a abordar a participação feminina no conflito e foi escrita em comemoração ao centenário do Movimento Farroupilha, em 1935.

Não se pode deixar de salientar que, com sua visão romantizada, Osório descreve uma mulher pura, exemplo de moral, dando ênfase à mulher em seu papel de esposa, mãe e filha dedicada. Em alguns trechos de sua obra, o autor apresenta uma veneração exagerada da figura da mulher pelos homens farroupilhas, o que provavelmente não ocorreu com tanta intensidade como foi exposto.

Observa-se também que, no texto produzido por Osório, que se apresenta dotado de excessivo romantismo e derramamentos literários, é evidente a exaltação da mulher como uma grande personagem, inspiração para a vida do homem, um ser de uma pureza e uma moral inquestionáveis e inabaláveis, dignas de respeito. O autor

descreve um homem que tinha dedicação total à sua mulher. Era a mulher que cuidava da educação, do lar, do vestuário, das lides domésticas e eram inspirados nela que os soldados farrapos lutavam.

Mesmo que o autor, em alguns momentos, seja demasiadamente romântico, com seu olhar enaltecendo e até mesmo puritano, a obra é de grande contribuição para o estudo das mulheres contemporâneas ao conflito farroupilha.

Por meio de sua obra, percebe-se que a mulher gaúcha, por força dos acontecimentos, se teria destacado em meio a um cenário de grande domínio masculino, superando as dificuldades e tristezas dos dez anos de duração do motim farroupilha. Compreende-se também que muitas foram as funções e papéis que estas mulheres de 35 desempenharam.

A segunda obra analisada, intitulada “O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha”, é de autoria coletiva e foi escrita em comemoração aos 150 anos do Conflito Farroupilha. Essa obra busca desenvolver o texto de maneira vasta, deixando de lado o excessivo romantismo adotado por Osório e utilizando fontes que até então não haviam sido pesquisadas ou reveladas pela historiografia.

Destaca-se que, utilizando-se de diferentes métodos de argumentação, exposição e pesquisa, os autores conseguiram chegar a um denominador comum: expor o perfil das mulheres que compunham a sociedade rio-grandense em 1835 e dar a estas mulheres o destaque que merecem na historiografia sul-rio-grandense.

Por meio das análises das duas obras e dentro da comparação realizada, pode-se afirmar que mulheres que se envolveram no contexto do Movimento Farroupilha, não se deixaram intimidar por todos os acontecimentos. Elas tiveram de sair de seu estágio de estagnação para manter seu lar e seu patrimônio, uma vez que o provedor de seu lar estava na guerra. Por força das circunstâncias, tiveram de conduzir a vida doméstica, suportar privações, angústias e tristezas pela defesa de sua família, de seu patrimônio e dos ideais farroupilhas, sempre preservando o núcleo familiar. De todas as idades, etnias e classes sociais, muitas perderam pais, irmãos, filhos, maridos nas batalhas pela libertação do Rio Grande do Sul.

A maneira com que os acontecimentos se foram desenrolando fez com que evoluísse a posição da mulher. Ela conquistou um novo espaço social, mas foi através

de uma questão de sobrevivência e de necessidades impostas pelo próprio contexto histórico que se associava à revolução no sul do Brasil. Sendo assim, a mulher passou a ganhar cada vez mais importância no contexto social da época e foi dando os primeiros passos para uma conquista de identidade e um posicionamento perante a vida pública. As ações de algumas destas mulheres durante o conflito farroupilha antecederam, em parte, é claro, as próprias lutas femininas pela emancipação da mulher no século XX.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que muitas foram as maneiras que as mulheres de 35 encontraram para demonstrar sua dedicação às causas farroupilhas, e sua participação se apresentou tanto de maneira direta – como é o caso de Anita – como indireta, nos demais casos analisados.

Finalmente é possível afirmar que, através da análise das duas obras, se pode conhecer um pouco mais do perfil construído e até mesmo idealizado das anônimas que ajudaram a construir a história do Conflito Farroupilha. Contudo, ainda que as obras analisadas tenham contribuído muito para o estudo destas mulheres contemporâneas ao Movimento Farroupilha, a lacuna historiográfica acerca do tema ainda é muito significativa. Portanto, ainda é possível afirmar a necessidade que se tem, de uma maior produção historiográfica que dê voz a estas personagens ainda pouco pesquisadas no campo da história do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 99.

FERREIRA, Athos Damasceno Etatil. **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense**, UFRGS/Faculdade de Filosofia, 1957, Porto Alegre.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. A Mulher no período Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Correa. *et al.* **O papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tchê!. 1986. p. 103 – 154.

FLORES, Moacyr. **Revolução dos Farrapos**. São Paulo: Ática, 1995.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FRIGERI, Rosane; RÜDIGER, Francisco Ricardo. Mulher e sociedade à época Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Correa. *et al.* **O papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tchê!. 1986. p. 155 – 180.

LUFT, Celso Pedro, **Minidicionário Luft** / colaboradores Francisco de Assis Barbosa, Manuel Cunha Pereira: organização e supervisão Lya Luft. – São Paulo: Ática, 2000. p. 580.

OSÓRIO, Fernando Filho, **Mulheres Farroupilhas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

PADOIM, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **História do Rio Grande do Sul – Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; v. 2, cap. 2. p. 39 – 70.

RETAMOZO, Aldira Correa. Mulheres de 35. In: RETAMOZO, Aldira Correa *et al.* **O papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tchê!, 1986. p. 181 – 202.

RIBEIRO, Niamara Pessoa. Heroínas da Resistência Gaúcha. In: RETAMOZO, Aldira Correa *et al.* **O papel da mulher na Revolução Farroupilha.** Porto Alegre: Tchê!, 1986. p. 8 – 46.

SCOTT, Jean. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992. p. 64 – 95.

SILVEIRA, Maria Dutra da. A mulher na Revolução Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Correa *et al.* **O papel da mulher na Revolução Farroupilha.** Porto Alegre: Tchê!, 1986. p. 47 – 102.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento, parte I: O Continente.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 363.